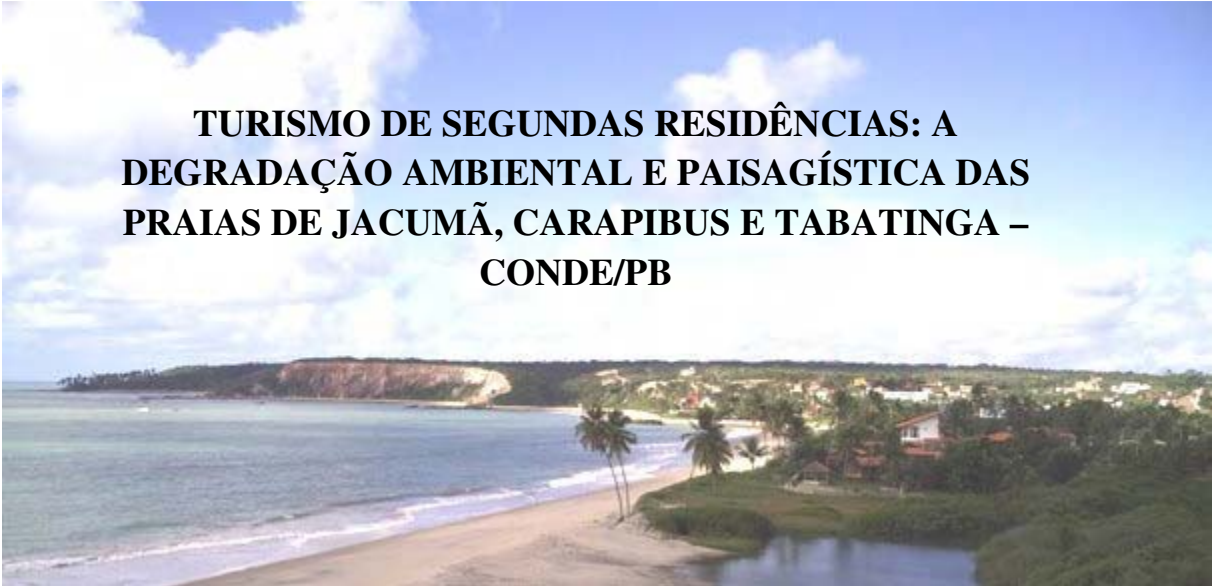


**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (MESTRADO)**



**TURISMO DE SEGUNDAS RESIDÊNCIAS: A
DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E PAISAGÍSTICA DAS
PRAIAS DE JACUMÃ, CARAPIBUS E TABATINGA –
CONDE/PB**

ILANA BARRETO KIYOTANI

**JOÃO PESSOA – PB
MAIO DE 2011**

ILANA BARRETO KIYOTANI

**TURISMO DE SEGUNDAS RESIDÊNCIAS: A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E
PAISAGÍSTICA DAS PRAIAS DE JACUMÃ, CARAPIBUS E TABATINGA –
CONDE/PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Geografia – PPGG, Universidade Federal da Paraíba,
em cumprimento às exigências para obtenção do grau de
Mestre em Geografia.

Orientador: Profº Dr. Eduardo Rodrigues Viana de Lima (PPGG-UEPB).

João Pessoa, Maio de 2011.

“Turismo de Segundas Residências: A Degradação Ambiental e Paisagística das Praias de Jacumã, Carapibus e Tabatinga - Conde - PB”

por

Ilana Barreto Kiyotani

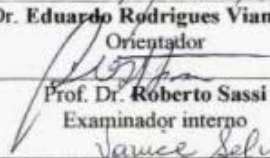
Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

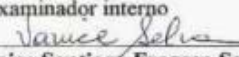
Aprovada por:



Prof. Dr. **Eduardo Rodrigues Viana de Lima**
Orientador



Prof. Dr. **Roberto Sassi**
Examinador interno



Prof.ª Dr.ª **Vanice Santiago Fragoso Selva**
Examinadora externa

Prof.ª Dr.ª **Maria Aparecida P. Fonseca**
Suplente

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado em Geografia**

Maio/2011

Aos meus pais, Ednalva e Léo Kiyotani, por todo esforço, amor, compreensão e dedicação, razões de ser de minha vida. Imensa é a gratidão e o amor. Aos meus avós Masuji e Tsumoro Kiyotani e Everaldo Barreto (*in memoriam*), por fazerem parte do que hoje sou.

Agradecimentos

Sobretudo agradecer a Deus, pelo presente de ter pessoas queridas ao meu redor, pela saúde, pelas condições e oportunidades de vida que tive e tenho até hoje.

Gostaria de agradecer primeiramente ao orientador Prof^o Eduardo Rodrigues Viana de Lima, pela atenção que teve por mim desde 2006, em minha primeira tentativa de entrar no Programa de Mestrado da Geografia, depois em 2008 quando finalmente consegui ingressar nesse curso. Obrigada por tudo, pela paciência, pela generosidade de sempre me escutar e tentar entender como eu queria o trabalho; pela humildade com que nos trata. Nesta reta final, de produção dos mapas e finalização da dissertação, não sei o que seria de mim sem a presença do senhor. Grata demais por essa feliz parceria nestes dois anos!!!

A todos os professores do PPGG- UFPB com quem tive o prazer de aprender um pouco mais: Prof^o Raimundo Barroso, Prof^o Max Furrier, Prof^o Sérgio Alonso. Em especial gostaria de agradecer a Prof^a Doralice Sátyro Maia por, sendo minha primeira professora dentro do PPGG, me dar à certeza de que estava no caminho certo e por ter sido atenciosa e solícita para comigo em todas as ocasiões, a boa lembrança permanecerá sempre.

Ao Prof^o Roberto Sassi, tanto por aceitar participar desta banca e assim contribuir para a melhoria deste trabalho, quanto por toda a atenção e humildade com que sempre nos tratou.

Aos professores visitantes Eliseu Sposito (Unesp – Presidente Prudente/SP) e Francisco dos Anjos (Univale – Itajaí/SC), pelas aulas de tanto valor à minha formação e que certamente engrandeceram meu trabalho.

À Prof^a Fátima Rodrigues que, mesmo não tendo sido minha professora durante o curso, sempre demonstrou atenção e cuidado para com minha pesquisa e mais que isso, carinho para comigo. Obrigada! Saiba que me sinto feliz e honrada em ter sua amizade.

À Prof^a Vanice Selva pela aceitação em participar da formação de banca de qualificação e defesa. E pelas contribuições de grande valor trazidas ao trabalho.

Aos amigos conquistados neste período, em especial Marquiline Santos, Jean Carlos Lima, Altemar Bustorff, Saulo Vital, Gilvonete Freitas, Shauane Itainhara e Péricles Batista (parceiro de artigo). E claro, não podia deixar de reservar um lugar especial para meu QUERIDOO amigo Henrique Elias Pessoa Gutierrez, sem palavras para agradecer todo apoio e contribuições nesses anos: os textos indicados, os livros emprestados, a companhia em algumas idas ao campo, as fotografias tiradas e as cedidas, as discussões... E mais que tudo, obrigada pela grata amizade.

A turma como um todo, sem exceções, meu muito obrigada!!! Nossa turma certamente foi perfeita para mim, não me imagino dentro do PPGG sem ser parte dessa turma.

A Flávio (ex-presidente da AMATA) e Carlos Santiago (atual presidente da AMATA), pela atenção e cooperação na obtenção de informações sobre Tabatinga, seja nas conversas formais ou informais, pela disposição em ajudar e pela receptividade com que sempre me receberam.

A José Fernandes e ao pessoal do INTERPA, pela prestatividade com que me atenderam na obtenção das fotografias de 1985.

A Leide e Sr Everaldo (CDRM - Campina Grande), também pela grande ajuda na obtenção das fotografias de 1969.

Aos senhores Saulo Barreto, Eduardo Cassol, Ismael Araujo, pelas entrevistas concedidas. À Karmen Porto, Juliana Vinagre, Neuma, Niely Monteiro e Kiara pela atenção e ajuda. Às agentes de saúde do município do Conde, mais especificamente àquelas lotadas nos Postos de Saúde de Jacumã e Carapibus, que são responsáveis pelo atendimento residencial das três praias estudadas e me ajudaram no reconhecimento das segundas residências. Em especial à Lilian Ferreira pela imensurável ajuda cedendo seu material e seu banco de dados sempre que necessários, sem palavras para agradecer.

Aos meus pais, Ednalva e Léo Kiyotani, pela força e apoio sempre, impossível medir minha gratidão por tudo que me ofereceram e me oferecem até hoje, seja material, imaterial, emocionalmente. Impossível também existir amor maior.

Aos meus avós, Masuji e Tsumoro Kiyotani, pelo amor e pelas condições de vida que também me proporcionaram durante estes anos.

Às minhas irmãs Sara, Lysandra, Yohanna, Carol Costa, pela presença em minha vida, pela força e apoio sempre, pelo amor dedicado! Amo vocês demais.

A Belchior Celso, amigo de tantos anos, tão importante nestes anos de mestrado e na minha vida, sempre me apoiando. Amo.

A Félix Brito e Filipe Lucena, pela amizade, amor e apoio em todos os momentos da minha vida desde 2002. Félix mesmo de longe, bem longe, sempre se fazendo presente e sendo uma segurança para mim. Amo vocês.

A Giovanni Franca pela revisão gramatical e pela amizade. Obrigada!

Obrigada a todos que contribuíram de alguma forma nesses dois anos e para a concretização desse trabalho.

Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma de nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado para sempre, à margem de nós mesmos.

Fernando Pessoa

Com exceção das grandes alterações provocadas pelas eras glaciais, as grandes alterações ambientais recentes têm como fator preponderante as intervenções humanas.

Antonio Carlos Diegues

RESUMO

O trabalho aqui exposto parte da categoria geográfica paisagem e do conceito de meio ambiente para traçar uma análise de como esses têm sido constantemente alterados pela atividade turística, mais especificamente pelo turismo de segundas residências. Sabendo que o turismo é hoje uma das maiores fontes de renda no mundo e que promove uma corrida a seu favor por parte dos governos brasileiros das três instancias, procurou-se demonstrar o quanto esta atividade também traz impactos negativos para as áreas onde se desenvolve. Muitas são as pesquisas que norteiam esta percepção, de um turismo que vem ao longo dos anos alterando a paisagem e o meio ambiente. Até que ponto esta atividade é mesmo sustentável como trazem os discursos políticos? Como o poder público tem planejado e se comprometido com a gestão do turismo, bem como com as localidades receptoras? Essas análises foram aqui realizadas a partir de conceitos e teorias como: desenvolvimento sustentável, planejamento espacial e urbano, gestão pública, planejamento da paisagem e do turismo. Empiricamente foi realizada pesquisa em área do litoral sul paraibano, no que constam as praias de Jacumã, Carapibus e Tabatinga. A escolha deu-se por tais praias representarem importante destino turístico e ser alvo de constante especulação imobiliária para segundas residências desde a década de 1980. A pesquisa para reconhecer e comprovar os impactos utilizou-se de entrevistas ao setor público municipal e a proprietários de segundas residências, visitas *in loco* e análises de fotografia aéreas e imagem de satélite que demonstrassem o crescimento urbano, a ocupação pelas segundas residências e as áreas irregulares loteadas e/ou edificadas. Pôde-se realmente comprovar vários impactos negativos decorrentes das segundas residências e da negligencia do poder público, são áreas de preservação ambiental sendo ocupadas e problemas de ordenamento urbano que acabam por comprometer a paisagem e o próprio meio ambiente.

Palavras-chave: paisagem; meio ambiente; planejamento; gestão; turismo de segundas residências.

ABSTRACT

Using as starting point the geographical category of landscape and the concept of natural environment, this research sought to analyze changes on landscape and environment triggered by the tourism industry, especially by “second-residence tourism”. Given that tourism is one of the world's strongest industries and that in Brazil it is supported by municipal, state, and national governments, this research aimed addressing the negative impacts this industry may also have in the areas where it is developed. Many studies have approached the idea that tourism changes landscapes and natural environments; they have questioned the sustainability factor frequently proclaimed in political speeches, and how governments have planned and engaged with the management of this industry. Many concepts were observed in this analysis, such as: sustainable development, spatial and urban planning, public management, and landscape and tourism planning. An empirical research was conducted in the southern coastline of the state of Paraíba, more specifically at the beaches of Jacumã, Carapibus and Tabatinga – in the city of Conde. Those areas were sampled as they have been regarded as important touristic areas as well as targets for real estate speculation since the early 1980s. In order to verify and assess the impacts, this research carried out interviews with members of the local public administration as well as owners of second residences (vacation house), in loco visits, and the analysis of aerial photographs and satellite images showing the irregular urban growth throughout the years. The results revealed to the negative impacts stemming from second residences and negligence by public administrators: irregular development in conservation areas and urban planning issues, which have ultimately jeopardized the landscape as well as the natural environment.

Key-words: landscape; environment; spatial and tourism planning, public management; second resident tourism.

LISTA DE SIGLAS

AMATA – Associação de Moradores e Amigos de Tabatinga
 APA – Área de Preservação Ambiental
 CAGEPA – Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
 CDRM – Companhia de Desenvolvimento de Recursos Minerais da Paraíba
 CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
 EIA – Estudo de Impacto Ambiental
 ENERGISA – Empresa de Energia Elétrica da Paraíba
 IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
 IDEME - Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual
 INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
 INTERPA – Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba
 PNGC – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
 PNMA – Plano Nacional de Meio Ambiente
 RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
 SEPLAN/Conde – Secretaria de Planejamento do Município do Conde
 SETUR – Secretaria de Turismo
 SINAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente
 SUDEMA – Superintendência de Administração do Meio Ambiente/PB

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Zoneamento por uso do solo.....	53
Figura 2: Zoneamento por densidade.....	53
Figura 3: Zoneamento de prioridades.....	53
Figura 4: Mapa de localização da área.....	64

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1: Vista geral do relevo praia de Jacumã.....	66
Foto 2: Vista geral do relevo praia de Carapibus.....	66
Foto 3: Vista geral do relevo praia de Tabatinga.....	67
Foto 4: Laguna costeira de Jacumã no período de carnaval.....	68
Foto 5: Vista geral da praia de Tabatinga com destaque à: Coqueiral (1), vegetação pioneira indicadora de estabilidade costeira (2).....	69
Foto 6: Vegetação arbustiva na área de praia em Tabatinga.....	69
Foto 7: Vegetação de maior porte com destaque à mangabeira (<i>Harconia speciosa</i>), na região de Tabatinga.....	69
Foto 8: Vegetação de manguezal em Tabatinga.....	70
Foto 9: Vegetação de manguezal em Carapibus.....	70
Foto 10: Exemplo de mata de restinga na praia de Tabatinga.....	71
Foto 11: Esgoto a céu aberto em Jacumã.....	83
Foto 12: Água correndo junto ao lixo na PB-008, principal Avenida em Jacumã.....	83
Foto 13: Falta de calçamento de rua – Jacumã.....	83
Foto 14: Falta de calçamento nos arredores da quadra esportiva de Jacumã – principal equipamento de lazer público.....	83
Foto 15: Lixo acumulado na Avenida principal de Jacumã.....	85
Foto 16: Lixo acumulado nas ruas – Jacumã.....	85
Foto 17: Lixo acumulado nos terrenos baldios – Jacumã	86
Foto 18: Lixo acumulado na laguna costeira – Jacumã	86
Foto 19: Irregularidades na laguna costeira, divisa Jacumã-Carapibus.....	86
Foto 20: Acúmulo de lixo na principal entrada para Carapibus.....	90
Foto 21: Acúmulo de lixo na rua paralela à praia – Carapibus.....	90
Foto 22: Acúmulo de lixo nas ruas de Carapibus.....	90
Foto 23: Acúmulo de lixo na laguna costeira – Carapibus.....	90
Foto 24: Construções sobre a borda da falésia caracterizando irregularidade ambiental – Carapibus.....	90
Foto 25: Visão geral da voçoroca – Tabatinga	93
Foto 26: Adentrando a área da voçoroca – Tabatinga	94
Foto 27: Voçoroca vista da praia, percebendo-se que já está próxima de uma das segundas residências – Tabatinga	94

Foto 28: Placa educativa I – Tabatinga.....	94
Foto 29: Placa educativa II – Tabatinga.....	94
Foto 30: Voluntários para o plantio de coqueiros.....	95
Foto 31: Faixa convidativa aos moradores de Tabatinga para participar do evento.....	95
Foto 32: Coleta de lixo – Tabatinga.....	96
Foto 33: Tambores de lixo colocados pela AMATA nas ruas de Tabatinga.....	96
Foto 34: Bar construído na praça pública – Tabatinga.....	98
Foto 35: Bar que privatiza praça pública em Tabatinga.....	98
Foto 36: Construções irregulares: em borda de falésia (1) e em terreno de marinha (2) – Tabatinga	98
Foto 37: Casas construídas irregularmente em área de preservação permanente (faixa de proteção de manguezal) – Tabatinga	99
Foto 38: Bares frente mar – Jacumã	107
Foto 39: Bares antigos ao redor da quadra – Jacumã.....	107

LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Gráfico 1: Infraestrutura deficitária em Jacumã em 2010.....	82
Gráfico 2: Infraestrutura deficitária em Carapibus em 2010.....	88
Quadro 1: Comparativo das infraestruturas reclamadas pelos proprietários de segundas residências nas três praias.....	99
Quadro 2: Modificações ambientais e paisagísticas percebidas pelos segundos-residentes das três praias – comparativo.....	100
Quadro 3: Cruzamento de dados da área urbana entre os anos de 1985 e 2008.....	114
Tabela 1: Quantificação de lotes edificadas dispostos sobre áreas de proteção ambiental.....	120

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Sobreposição das Áreas Urbanas 1985 x 2008.....	116
Mapa 2: Área Urbana 2008 e Segundas Residências.....	118
Mapa 3: Segundas Residências x Área de Preservação Ambiental.....	123

SUMÁRIO

Dedicatória.....	IV
Agradecimentos.....	V
Epígrafe.....	VII
Resumo.....	VIII
Abstract.....	IX
Lista de Siglas.....	X
Lista de Figura.....	X
Lista de Fotografias.....	XI
Lista de Gráficos, Quadros e Tabelas.....	XIII
Lista de Mapas.....	XIII
Sumário.....	XIV
1. INTRODUÇÃO.....	16
1.1 Objetivo Geral.....	19
1.2 Objetivos Específicos.....	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
2.1 Paisagem e Meio Ambiente: o que muda com o turismo.....	20
2.1.1 Normas legais: estabelecendo formas de uso da terra, protegendo a paisagem e o meio ambiente.....	29
2.1.2 A Transformação do litoral brasileiro: a ocupação pelas segundas residências.....	37
2.2 Planejamento e Gestão: premissas para alcançar o equilíbrio.....	43
2.2.1 Planejando a Paisagem.....	51
2.2.2 Planejando o Turismo.....	56
3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA.....	62
3.1 Aspectos históricos e geográficos.....	62
3.1.1 Aspectos históricos.....	62
3.1.2 Aspectos geográficos.....	64
4 MÉTODO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	73
4.1 Método.....	73

4.2 Procedimentos Metodológicos	75
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	80
5.1 Entrevistas	80
5.1.1 Percepções dos proprietários de segundas residências: infraestrutura, impactos paisagísticos e ambientais	80
5.1.2 Dados técnicos e percepções dos gestores públicos quanto ao planejamento e gestão: ordenamento urbano, paisagem e meio ambiente	103
5.2 Mapa de uso e ocupação: expansão urbana linear e impactos ambientais	113
6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	124
6.1 Conclusões	124
6.2 Recomendações	128
7 REFERÊNCIAS	130
8 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	136
APÊNDICE	137
1 Roteiro de entrevistas	138
1.1 Entrevistas aos proprietários de segundas residências	138
1.2 Entrevistas à administração pública	138
1.2.1 Entrevista ao Secretário de Turismo	138
1.2.2 Entrevistas ao responsável pela Unidade Administrativa de Jacumã	139
1.2.3 Entrevista à Secretaria de Planejamento	139
2 Programa LEGAL (<i>Spring</i>): processado para efetuar a Tabulação Cruzada de dados gerando assim o mapa de Sobreposição Urbana entre os anos de 1985 e 2008	140
ANEXO	141
1. Carta à Comunidade e aos Amigos de Tabatinga	142

1. INTRODUÇÃO

Visto pelo lado dos países em desenvolvimento, a oportunidade turística é menos freqüentemente ocultada nas estratégias de desenvolvimento, sobretudo porque ela representa, geralmente, uma alternativa decisiva, um *último recurso* ante as desilusões encontradas pelos outros setores econômicos. (CAZES, 1999, p.80)

Ao longo dos anos o turismo vem conquistando no Brasil um *status* de atividade econômica extremamente viável, aquela que além de impulsionar a economia, traz o desenvolvimento local e é sustentável. Até que ponto estas verdades reinaram nos estudos brasileiros e ainda estão presentes no discurso político e no senso comum?

No começo a academia pareceu acreditar nesse fenômeno turístico, a maioria dos estudos viria para agregar valor a esta atividade. Mas é notável que em meados dos anos 90 muitos trabalhos começaram a questionar as benesses do turismo. Contraditoriamente é também neste período que a atividade turística é mais valorizada pelas políticas de governo, talvez até por terem como embasamento as pesquisas que só apontavam as conseqüências positivas do turismo, talvez por preferirem crescer economicamente sem pensar a longo prazo e sem considerar as conseqüências negativas.

É bem verdade que anterior as políticas nacionais - que viriam para “oficializar” o turismo como uma das principais atividades econômicas brasileiras - a atividade cresceu sem nenhum parâmetro legal específico a seguir, nenhuma diretriz havia sido traçada para o desenvolvimento do turismo. A partir das Políticas Nacionais do Turismo, como o Plano Nacional do Turismo surgido no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), acompanhado do Programa Nacional de Municipalização do Turismo e, posteriormente, do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010), as diretrizes e metas começaram a serem traçadas nos três níveis da Federação.

Com o surgimento dessas políticas de turismo a atividade ao menos começou a ser mais discutida dentro dos órgãos públicos. Abriu-se espaço para, na tentativa de implementá-la com sucesso, o setor público buscar ajuda de profissionais da área, o que, por fim, proporcionou questionamentos sobre como planejá-la.

Aos poucos se acorda para a realidade sobre o turismo. Por muitos anos e para muitos, o turismo seguiu representando a atividade primordial da sustentabilidade: lucrativa, não

poluente, que proporciona igualdade social, desenvolvimento local, etc. Mas sustentabilidade não começa no, ou com o turismo, ela é fruto de um espaço cotidiano equilibrado, no qual a atividade turística pode até contribuir para o alcance da mesma, mas não é o todo (YÁZIGI, 2003).

Assim, diante desse errôneo pressuposto de atividade ideal, o turismo foi tomando conta muito mais do território brasileiro do que da economia.

Tendo o espaço como principal objeto de consumo, o turismo é uma prática social fortemente territorializada e igualmente territorializante já que introduz nos lugares sua lógica de organização espacial, não raras vezes solapando lógicas pré-existentes (...). Se por um lado, entretanto, os benefícios econômicos do turismo são uma prioridade para os governos, como, por outro lado, alcançá-los, negligenciando-se o território? (SANSOLO e CRUZ, 2003, p. 5)

Coloca-se na balança degradação *versus* crescimento econômico: até onde se pode afirmar que o turismo traz progresso? Se for verificado, por exemplo, o extenso litoral brasileiro, quantas serão as paisagens que não se degradaram; qual a qualidade ambiental apresentada nesses atrativos turísticos que se “desenvolveram”?

De um lado os investidores buscam o retorno do capital no menor tempo possível, usando o maior poder de atração dos espaços naturais, por outro lado, as autoridades locais temem tomar decisões que limitem as iniciativas turísticas. A conjugação destes dois fatores, somada ao despreparo das atitudes dos turistas, acabam sendo extremamente prejudiciais ao meio ambiente (AULICINO, 1997, p.34).

Por que, mesmo sendo um dos principais meios de alavancar a economia do país, os destinos turísticos foram e ainda são tão negligenciados? A proposta dessa pesquisa é mostrar como o turismo de segundas residências se desenvolveu e vem se desenvolvendo no litoral brasileiro, mas especificamente no litoral sul paraibano; como essa atividade foi chegando e consumindo o espaço sem a menor preocupação, modificando e degradando o meio ambiente e as paisagens locais.

A área de estudo engloba as praias de Jacumã, Carapibus e Tabatinga, todas pertencentes ao município do Conde, litoral sul do estado da Paraíba. As três praias são sequenciais, sendo Jacumã o portal de entrada para as demais; seguida de Carapibus e Tabatinga. O acesso às praias dá-se, majoritariamente, pela rodovia litorânea estadual PB-008 e as mesmas distam cerca de 23 quilômetros da capital paraibana.

As praias possuem grande beleza cênica, dispendo de falésias, manguezais, águas claras, tornando-se potencialmente turísticas. A praia de Jacumã tem exploração pelo turismo já acentuada, visto que a mesma vem sendo alvo dessa atividade desde a década de 1970, principalmente pelo turismo de segundas residências.

Neste processo de ocupação turística de Jacumã, muito se perdeu de sua paisagem original. A falta de planejamento territorial, ambiental e turístico, causou a essa localidade degradação ambiental e paisagística. Assim como Jacumã, as praias de Carapibus e Tabatinga vêm sofrendo um processo similar, e, provavelmente, conseqüente daquele, de ocupação e exploração turística mal planejada.

Devido ao desgaste da praia de Jacumã percebeu-se que, tendencialmente, a atividade turística foi “caminhando” em direção às praias vizinhas ao sul, buscando uma paisagem ainda preservada. Como conseqüência dessa expansão turística para o sul, verifica-se que a degradação ambiental e paisagística constatada em Jacumã já começa a ser percebida também nas outras duas praias, principalmente na de Carapibus.

A praia de Carapibus já possui um grande número de pousadas, segundas residências e loteamentos que, em sua maioria, não atendem às condições ambientais de esgotamento sanitário e coleta de lixo, bem como é precária a estrutura urbana de ruas e iluminação. As possíveis conseqüências ambientais, e até mesmo para o turismo, são preocupantes, visto que pode-se chegar a um nível insustentável de impacto ambiental, ocorrendo inclusive o desgaste progressivo da atividade, fato que desestabilizaria drasticamente a economia local.

Dentre as três praias, a que menos sofreu impactos negativos até agora foi Tabatinga. Mas Tabatinga já apresenta parte de seu território construído e/ou loteado, aguardando as futuras instalações que, possivelmente, darão continuidade aos problemas de poluição, segregação social, dependência econômica e falta de infra-estrutura, vistos em Jacumã e Carapibus.

Tais evidências levam ao seguinte questionamento: até que ponto a atividade turística na região trouxe e traz benefícios, e quais as perspectivas futuras dessas áreas totalmente desprovidas de planejamento?

Procurando responder essa pergunta, esse trabalho demonstra como, até o presente momento, o turismo de segundas residências afetou a área, quais suas implicações positivas e negativas, e, a partir destas constatações, o que esperar do futuro das praias.

Aqui foram identificados os problemas de degradação ambiental e paisagística das praias citadas, bem como mapeados os impactos negativos descritos ao longo do estudo. Para isso a pesquisa utilizou-se de aplicação de entrevistas aos proprietários de segundas

residências e a gestores públicos, visitas *in loco*, análise de fotografias aéreas e imagem de satélite.

Outra preocupação foi possibilitar um melhor entendimento sobre a atividade turística, desmistificando sua “perfeição” e propondo seu exercício de uma forma menos degradante e mais consciente. Espera-se que com esta pesquisa a comunidade local, o poder público e a iniciativa privada possam repensar suas estratégias em vista de melhorar o ambiente, tanto em seu contexto natural quanto social. Conseqüentemente espera-se também que as discussões e análises propostas ao final da pesquisa possam embasar decisões acerca do futuro da atividade nas praias estudadas.

Justifica-se o interesse pela temática por representar parcela importante na economia do Estado, bem como por representar significativa preocupação ambiental para aqueles que estudam o meio ambiente e os impactos do turismo. Por sua vez, justifica-se a escolha das praias por serem o principal fluxo turístico de segundas residências no litoral paraibano, sendo alvo de especulação imobiliária massiva e conseqüente degradação paisagística e ambiental.

1.1 Objetivo geral

Analisar a evolução ocupacional da área, buscando identificar, no tempo e no espaço, as principais transformações ambientais e paisagísticas advindas da atividade turística de segundas residências nas praias de Jacumã, Carapibus e Tabatinga, litoral sul do estado da Paraíba.

1.2 Objetivos específicos

- ✓ Caracterizar a região estudada e apresentar um diagnóstico de sua situação, enfatizando os efeitos do turismo na mesma;
- ✓ Identificar os impactos ambientais e paisagísticos reflexos da atividade turística de segundas residências;
- ✓ Gerar mapas que possibilitem a visualização dos impactos negativos causados pelo turismo na área.
- ✓ Mapear as segundas residências.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Paisagem e meio ambiente: o que muda com o turismo

Em nosso século emergiu uma nova modalidade de deslocamento através do planeta: o turismo. Fruto da sociedade industrial e das conquistas sociais, o período anual de descanso pelos que a ele tem acesso, vem sendo aproveitado, cada vez mais, para realização de viagens, alimentando dessa forma, os fluxos de pessoas que se deslocam a pequenas, médias e longas distâncias. (Conti, 2002, p.21).

Esse deslocamento mencionado por Conti (2002) e, conseqüentemente, a apropriação do espaço pelas atividades, é o que faz do turismo uma atividade extremamente vinculada à geografia. É no espaço geográfico que o turismo vai desenvolver-se e configurar-se; é este espaço também que será, por sua vez, alterado, consumido e modificado pelo turismo. Conti (2002, p. 17) explica: a geografia, como ciência do espaço terrestre, é uma reflexão sobre a natureza ocupada pelo homem, ou seja, o meio transformado para abrigá-lo e permitir-lhe a sobrevivência em sociedade.

Dentro do espaço geográfico, categoria geográfica bastante abrangente, estuda-se aqui dois conceitos a ele atrelados, os de paisagem e meio ambiente, que estão extremamente vinculados a ocupação e modificação do espaço pelo turismo e suas conseqüências. Antes de adentrar nos conceitos específicos propostos, faz-se uma breve conceituação da categoria espaço para fazer uma ponte com a categoria paisagem e para distingui-las, pois é importante aqui não as confundir.

Segundo Milton Santos (2008, p.63), “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá”. O sistema de objetos é composto por todas as construções físicas do Homem, por todos os elementos artificiais, ou seja: prédios, ruas, casas, pontes, automóveis, celulares, mobílias, hidroelétricas, navios, etc. Os objetos estão presentes e são utilizados na vida cotidiana dos homens. Já o sistema de ações é o composto das ações que dão vida a sociedade, são as relações humanas propriamente estabelecidas, sejam essas de trabalho, particulares, acadêmicas, etc.

Pela conceituação posta, é fácil resumir que a leitura de espaço é justamente aquela do palco onde se dá a vida. É o chão que se pisa, os objetos utilizados e as relações que se constroem. E qual a diferença entre espaço e paisagem?

Mesmo antes de apresentar o conceito de paisagem, é possível pontuar as principais diferenças entre os dois conceitos. A primeira e grande diferença está no *tempo*, tempo cronológico mesmo. Enquanto o espaço exprime o presente, a paisagem é passado e presente num só; a paisagem é a expressão do tempo concretizada nos objetos artificiais, é uma fotografia (SANTOS, 1997). “A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais-concretos. Nesse sentido a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única” (SANTOS, 2008, p.103). A paisagem “congela” o tempo, faz com que a história de ontem esteja presente no hoje.

A segunda diferença está na presença de relações sociais. Sendo a paisagem a distribuição de formas e objetos, ela não incorpora essas relações. Apesar de ser uma fotografia da sociedade, os homens presentes nessa fotografia também estão “congelados”; a paisagem não revela a relação, mas apenas o homem como mais um objeto que está presente naquele dado espaço-tempo. Já o espaço “resulta da intrusão da sociedade [todas as relações e interações dos homens] nas formas-objetos (...). A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável: o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente.” (SANTOS, 2008, p.104)

Tendo já a percepção do que seja espaço a partir da ótica geográfica e de sua diferenciação com a paisagem, a partir deste ponto foca-se no debate e aprofundamento dos conceitos de paisagem e de meio ambiente, já podendo distingui-los do de *espaço*.

Paisagem talvez seja a categoria geográfica mais discutida desde o reconhecimento da geografia como ciência, aquela que muitos autores inclusive pontuam como o ponto inicial da ciência geográfica¹. Entretanto, apesar de tão debatido, este conceito é bastante *abstrato*, no sentido de muitas serem suas definições e não existir aquela única e consensual. Bertrand (2004, p.141) diria que este conceito é “impreciso e, por isso mesmo, cômodo, que cada um utiliza a seu bel prazer, na maior parte das vezes anexando um qualitativo de restrição que altera seu sentido”.

No início a leitura de paisagem adotada pelos geógrafos era mais voltada para a descrição da fisionomia do local: morfologia, hidrografia, vegetação, etc., sendo somente

¹ Autores como: Salgueiro (2001); Humboldt (*apud* SALGUEIRO, 2001); Domingues (2003).

observados os componentes físicos que a paisagem abrigava. Com o tempo, agregou-se ao estudo um olhar menos racional, onde a paisagem revela não só formas físicas como também formas marcadas pela produção sócio-cultural.

Os estudos da paisagem, inicialmente muito focados na descrição das formas físicas da superfície terrestre, foram progressivamente incorporando os dados da transformação humana do ambiente no tempo, com a individualização das paisagens culturais face às paisagens naturais, sem nunca perder de vista as interligações mútuas. (SALGUEIRO, 2001, p. 41).

Atualmente, o conceito de paisagem, já bastante discutido por muitos autores, congrega os dois aspectos, o antrópico e o físico, e suas constantes interações. Alguns qualificativos o acompanham, como: físico, biológico e antrópico; dinâmica; interação; etc.

O geógrafo francês Georges Bertrand é um dos autores mais citados quando o assunto é paisagem; é nele também que se encontrou o conceito mais simples, e ao mesmo tempo completo, para nortear este trabalho. Em 1968, Bertrand concebeu paisagem como “uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução”².

Seguindo a mesma linha de raciocínio, a partir da leitura da obra de Christofolletti, Guerra e Marçal dizem que “a paisagem constitui-se no campo de investigação da Geografia, onde se permite que o espaço seja compreendido como um sistema ambiental, físico e socioeconômico, com estruturação, funcionamento e dinâmica dos elementos físicos, biogeográficos, sociais e econômicos” (GUERRA & MARÇAL, 2006, p.97).

Agregando o importante fator *tempo*, Lombardo e Casella (2002, p.92) baseados em Rodrigues (1993), definem paisagem como “um sistema territorial composto por diferentes componentes formados a partir da influência dos processos naturais e da atividade modificadora da sociedade humana, que se encontram em permanente interação e que se desenvolvem historicamente”. O mesmo fator cronológico aparece nos estudos do autor Bolós revisados por Guerra e Marçal que afirmam: a paisagem, em sua abordagem sistêmica e complexa, será sempre dinâmica e compreendida como o somatório das inter-relações entre os

² BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global: esboço metodológico. Tradução: Olga Cruz. Trabalho publicado, originalmente, na “Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest”, Toulouse, v. 39 n. 3, p. 249-272, 1968, sob título: Paysage et géographie physique globale. Esquisse méthodologique. Publicado no Brasil no *Caderno de Ciências da Terra*. Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, n. 13, 1972. Republicado na Revista RA E GA – O espaço geográfico em análise. Curitiba, n. 8, p. 141-152, 2004. Editora UFPR

elementos físicos e biológicos que formam a natureza e as intervenções da sociedade no tempo e no espaço, em constante transformação. (GUERRA & MARÇAL, 2006, p.97-98)

Percebe-se que o processo histórico é incorporado aos conceitos de paisagem. Ele guarda consigo importantes sinais de como aquela paisagem foi se desenvolvendo: as marcas dos homens, dos processos naturais; as mudanças culturais, tecnológicas, climáticas, geológicas, oceânicas; etc³. A paisagem é, enfim, o retrato de certa porção do espaço que abrange todos os elementos contidos neste, direta ou indiretamente, em um dado momento. Não se trata de algo estático, por isso, cada hora do dia, cada dia, cada estação climática, proporcionará uma nova paisagem aos observadores.

No estudo da paisagem os observadores são bastante citados, afinal sem esses o próprio conceito não existiria, pois não haveria quem o descrevesse. Por isso, fala-se de como a paisagem vai mudar de acordo com a incidência de luz no local, com a posição física do observador e de acordo com o seu envolvimento emocional com aquela paisagem observada. A semiótica e a simbologia estão presentes em muitos conceitos de paisagem; a semiótica como ciência que estuda a ligação entre os signos – os significados que a paisagem remete ao observador; e a simbologia que busca entender os laços afetivos que unem paisagem e observador.

Uma vez que a paisagem é entendida com algo que emite significado e gera sentimento, vários autores descrevem o processo de sua percepção. Collot (1990, p.25) pontua que “a ação de ver não se limita a registrar o fluxo de dados sensoriais; ela organiza e interpreta, de maneira a fazer dele uma mensagem”. Nessa organização e interpretação do que se presencia perante uma paisagem o observador recolhe para si uma mensagem única, repleta de subjetivismo⁴, onde a experiência de vida trazida com o observador faz parte da construção dessa percepção.

A partir desta significância da paisagem para o homem, aborda-se aqui outra perspectiva para o conceito, a concepção holística da paisagem. Essa visão holística diz respeito a prezar mais pelo todo para que com isso se possa conhecer realmente as partes. Significa que o coletivo se sobrepõe ao individual, pois os processos sofridos nas paisagens hoje pertencem a um mundo globalizado onde tudo está entrelaçado, transcende a um movimento pontual, local. (NAVEH, 2000)

³ Estas “marcas” que estão contidas nas paisagens foram por Milton Santos nomeadas *rugosidades*.

⁴ Marenzi (2003) em seu artigo intitulado “Percepção da Paisagem” faz uma leitura de vários autores que falam sobre percepção da paisagem e subjetivismo.

É importante dizer que o todo não é melhor que a parte, que o global não deve ser mais valorizado que o local, mas que é necessário existir um equilíbrio, pois no mundo contemporâneo vive-se muito de especificações, delimitando assim o campo perceptivo e analítico das pessoas. Também é necessário entender que uma ação local pode transformar-se em uma consequência global e que uma ação global certamente trará consequências locais.

Entender o todo por sua vez indica entender o processo, por isso a visão holística da paisagem tem ligação com a Teoria Sistêmica de Bertalanffy. Neste processo de construção e percepção da paisagem deve ser levado em consideração a cultura e costumes locais e globais, os processos naturais e sociais locais e globais, as relações financeiras locais e globais, pois todos esses fatores se influenciam mutuamente, tanto formando a paisagem como interferindo na percepção de seu observador.

Outro ponto discutido na concepção holística é o vínculo emocional do observador com a paisagem⁵, como outrora mencionado, a paisagem sob essa visão passa a ser sentida. No processo de sentir a paisagem entra em jogo múltiplas variáveis, como a experiência do observador, seja a acumulada durante toda sua vida, seja a experiência vivida com determinada paisagem; o estado de espírito em que se encontra o observador naquele momento do contato com a paisagem; a relação emocional que o observado tem com a paisagem (positiva ou negativa), etc. (COLLOT, 1990)

No que tange a avaliação da qualidade da paisagem, Macedo (2002) diz que para atingi-la a paisagem precisa estar em equilíbrio ambiental, funcional e estético. A qualidade ambiental preocupa-se com as possibilidades e condições de vida e sobrevivência de todos os seres vivos e comunidades que ocupem o ambiente.

A qualidade funcional é medida pelo grau de eficiência do lugar, ou seja, no tocante ao bom funcionamento da sociedade que dele desfruta – economia, educação, transporte, comunicação. O que é revelado durante a pesquisa nas três praias é que funcionalmente elas também não apresentam equilíbrio.

Já a qualidade estética representa e deve estar congruente com os valores sociais de cada comunidade. É importante perceber o vínculo que existe entre os valores sociais e a estética do lugar, é díspar a qualidade estética entre Jacumã e Tabatinga, por exemplo, assim

⁵ Autores como Antônio Carlos Diegues e Y-Fu Tuan também estudam esse vínculo afetivo (emocional, sentimental) entre observador e paisagem. Tuan inclusive desenvolveu um conceito para isso, a Topofilia. Para maiores esclarecimentos buscar: TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio**. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 1980.

como o é o posicionamento dos seus freqüentadores⁶. No geral, percebe-se no litoral brasileiro que essa condição de qualidade paisagística ainda é pouco vislumbrada.

Pires (1993, p.3250) engloba em sua pesquisa sobre qualidade paisagística o conceito de fragilidade (ou vulnerabilidade) da paisagem, que equivale ao “grau de susceptibilidade à deterioração mediante a incidência de determinadas atuações”. Quanto mais frágil a paisagem, mais vulnerável estará à descaracterização por meio de qualquer ação na área.

Retira-se desse conceito também que quanto mais atrativa e visível a paisagem for, maior será seu grau de fragilidade, afinal estará propensa a atrair mais atividades/visitantes para si. Por exemplo, as dunas representam uma paisagem bastante bela e frágil, posto que com a intervenção maciça do homem elas podem migrar para outro local, provocando o soterramento de casas e ruas e o assoreamento de rios e lagos, como está acontecendo na Lagoa do Abaeté, cartão postal da cidade de Salvador- BA⁷.

Tendo o ambiente litorâneo nordestino como área de estudo, é fato que sua paisagem é bastante atrativa e procurada para o descanso e lazer. O fluxo turístico no nordeste é intenso nos meses de verão e a busca pelo litoral corresponde à maior parte desses turistas, incluindo nesse número aqueles que vêm e hospedam-se em segundas residências. É no verão que essas paisagens litorâneas estarão mais suscetíveis à degradação, justamente pelo alto grau de “uso” e ocupação de seus ambientes.

Controlar esse uso é o grande desafio, fazer com que as pessoas tenham consciência de seus atos, em prol de não degradar a paisagem/ambiente, é uma dificuldade enfrentada no Brasil. Nestes casos de intenso fluxo a paisagens e ambientes frágeis a melhor solução e de resultados imediatos é um monitoramento por parte de órgãos públicos, onde a utilização dos recursos possa ser controlada visando preservá-los.

Essas menções qualitativas fornecem instrumentos para se produzir um projeto intervencionista que proporcione um resultado final de acordo com as características e necessidades do lugar. O estudo de qualidade e fragilidade é importante para possibilitar a prescrição de restrições e proteção de uma área e, conseqüentemente, de níveis de uso e ocupação. Assim as paisagens se formariam dentro do equilíbrio outrora mencionado. O

⁶ A partir das entrevistas aos proprietários de segundas residências foi possível analisar como é diferente o discurso entre moradores de Jacumã e Tabatinga, ficando claro que a visão do morador de Jacumã quanto à preservação ambiental é praticamente oposta ao de Tabatinga. Já na praia de Carapibus é interessante perceber que o pensamento é justamente um meio termo entre os demais discursos nas outras duas praias.

⁷A informação presente neste exemplo pode ser conferida no endereço eletrônico: <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL1396244-10406,00-DUNAS+AMEACAM+CASAS+E+LAGOA+DO+ABAETE+EM+SALVADOR.html>

planejamento da paisagem, assim como o territorial, são os meios pelo qual atingir a qualidade paisagística e de moradia almejadas.

No que diz respeito ao *meio ambiente*, o segundo conceito proposto como base para essa pesquisa, o primeiro desafio é conceituá-lo, visto que são inúmeras as definições para o termo, desde as mais limitantes àquelas bem amplas. Na história do conceito de ambiente é importante não confundi-lo com o conceito de natureza ou de ecologia, nem tão pouco de ecossistema.

Leff (2001) explica que, enquanto o conceito de natureza está vinculado às formas de apropriação da mesma e o conceito de ecologia dirige-se a compreensão de várias ciências interligadas, o meio ambiente não é somente o conceito que reflete a relação sociedade-natureza, é sim um conceito que reflete a complexidade de inter-relações entre o ontológico e o epistemológico. “O conceito de ambiente é uma construção social; é um movimento no pensamento que encontra suas raízes nos significados do real, nos potenciais da natureza e nos sentidos da cultura” (LEFF, 2001, p.396).

Apesar de muitos equivalerem-no a meio ambiente, o conceito de ecossistema relaciona-se com o habitat, da mesma forma que a parte se relaciona com o todo (COIMBRA, 1985). Segundo Barbieri (2007, p.6), “organismos da mesma espécie vivendo em conjunto formam as populações e as populações de várias espécies vivendo numa mesma área constituem uma comunidade biológica. Os organismos e os elementos físicos e químicos do meio em que vivem formam um ecossistema”. Um ecossistema é um conjunto de partes em interação constante que compreende todos os seres vivos, incluído o Homem, e os elementos abióticos ou do meio físico, como água, ar, solo, luz, temperatura, etc.

Todos os organismos (e ecossistemas) se influenciam mutuamente, ou seja, quando alterado o estado de equilíbrio de um, outros organismos também vão mudar-se. Enquanto os ecossistemas são partes, o meio ambiente é o “conjunto amplo de realidades físicas em que os indivíduos e as comunidades estão imersos. O ambiente rodeia de forma permanente e cambiante os seres vivos” (COIMBRA, 1985, p.21).

Pela etimologia do termo tem-se que a palavra *ambiente* vem do latim, seu prefixo *ambi* significa “ao redor de” e o verbo *ambire* significa “andar em volta ou entorno de alguma coisa”. Já a palavra meio também traz em si o sentido de “estar rodeado”, estar no meio remete estar envolto. Sendo assim o termo meio ambiente é, definitivamente, redundante (COIMBRA, 1985; BARBIERI, 2007). O meio ambiente é então a grande realidade na qual todos os seres estão envoltos (COIMBRA, 1985, p.25).

Entende-se por meio ambiente o somatório entre o ambiente natural e o artificial, o primeiro é o ambiente físico e biológico originais, não manipulados pelo homem, e o segundo é o resultado de alterações humanas (como áreas urbanas, industriais e rurais). Percebe-se que meio ambiente agrega as condições de existência dos seres, então ele não é apenas o espaço onde estes seres vivem e sim a própria condição para a existência de vida na Terra. (BARBIERI, 2007, p. 5)

Meio Ambiente é o conjunto dos elementos físico-químicos, elementos naturais e sociais em que se insere o Homem, individual e socialmente, num processo de interação que atenda ao desenvolvimento das atividades humanas, à preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, dentro de padrões de qualidades definidos. (COIMBRA, 1985, p.29)

A definição de Coimbra (1985) juntamente a de Barbieri (2007), acima descritas, nortearam este trabalho no tangente ao meio ambiente. Toma-se aqui essa condição de existência dos seres, bem como das possibilidades de relação entre estes e entre estes e seu meio, para debater até que ponto o homem modifica a sua própria condição de vida.

A compreensão que se tinha da relação homem-natureza até meados do século XX, apropriadas principalmente do sistema de produção capitalista, considerava homem e natureza como pólos excludentes, onde a natureza como objeto era fonte ilimitada de recursos à disposição do homem. Nas décadas de 1960 e 1970 essa percepção começa a mudar, constatava-se que os recursos naturais são esgotáveis e que sua utilização indiscriminada se revelaria insustentável (BERNARDES e FERREIRA, 2003). A partir da década de 1970 começa a ficar claro que a falência da natureza culminaria na falência da própria sociedade, seja por incapacidade de produção econômica ou, mais que isso, por alimentos, água e ar, tornarem-se insuficientes à sobrevivência humana.

A concepção de um ser humano separado dos outros elementos da natureza talvez tenha sido o fato de maior relevância para o aumento dos problemas ambientais. A crença de que a natureza existe para servir ao ser humano contribuiu para o estado de degradação ambiental que hoje se observa. Mas certamente foi o aumento da escala de produção e consumo que iria provocar os problemas ambientais que hoje conhecemos. (BARBIERI, 2007, p.7)

É sob essa preocupação, de uma natureza finita, que inúmeros debates, encontros e contribuições científicas começam a reproduzir-se pelo mundo. A grande questão era (e permanece sendo): como conciliar crescimento populacional, produção econômica e recursos naturais? É nessa fase também que o conceito de meio ambiente passa a reforçar sua perspectiva social e cultural, dando atenção proporcional à natureza, a sociedade e a cultura.

Em 1972, é realizada a primeira reunião ambiental global, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, mais conhecida como Conferência de Estocolmo – em referência à cidade de sua realização. Tal encontro contou com 113 países debatendo em conjunto, as relações entre sociedade e meio ambiente.

A partir desta conferência, sucessivos encontros foram acontecendo para debater questões ambientais: Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, mais conhecida como ECO-92 (156 países participantes); Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como Conferência de Johannesburgo ou Rio+10 (191 países participantes); Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, mais conhecida como Conferência de Copenhague, último encontro realizado em 2009 para debates sobre o meio ambiente e as mudanças climáticas no qual 192 países participaram.

Como visto, duas das conferências têm no nome o termo desenvolvimento, e as três (além de outras) trouxeram para debate o desenvolvimento sustentável – concepção que será abordada posteriormente. Hoje os conceitos de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável caminham juntos, pois estão demasiadamente ligados, posto que a sustentabilidade venha justamente para prezar a integridade mínima do ambiente que a humanidade dispõe para viver e se relacionar.

A sustentabilidade traz uma concepção de conservar os recursos naturais existentes. A conservação refere-se a uma utilização regrada dos recursos de que se dispõe hoje, de forma que lhes permita regenerar-se naturalmente. Orientações de uso visando não degradá-los ou dizimá-los devem ser seguidas, devem ser traçadas pela gestão pública e passadas à sociedade de forma esclarecedora e educativa. A população também é responsável pela conservação do meio ambiente, podendo exercê-la de forma individual (cada um fazendo a sua parte) ou coletiva, realizando projetos e campanhas com esse fim.

Para fins práticos é cabível uma breve distinção entre conservação e preservação ambiental. Enquanto conservar é fazer uso de maneira sustentável, sem desperdícios, preservar é reservar uma determinada área com a qual o homem não deverá interagir, deixando-a intocável (DIEGUES, 2004). Essa é uma definição teórica, porém no Brasil as

Áreas de Preservação Ambiental permitem a entrada de pesquisadores, e em algumas têm até partes abertas ao público, respeitando, claro, regras de visitação.

Sendo o meio ambiente o espaço de vida da sociedade é fundamental que esse seja conservado e/ou preservado. Como o turismo vem sendo um dos principais modificadores do meio ambiente e das paisagens é importante dar visibilidade as tais alterações, para que todos possam atuar em prol de conservar e preservar o meio e conscientizar-se de sua importância. Jacumã, Carapibus e Tabatinga são apenas três exemplos da modificação e degradação do meio ambiente e paisagem pelo turismo, mas é importante chamar atenção de cada localidade impactada negativamente para que a população e o poder público possam se posicionar quanto aos efeitos destas modificações, com a busca por soluções que diminuam ou cessem os impactos.

2.1.1 Normas legais: estabelecendo formas de uso da terra, protegendo a paisagem e o meio ambiente

A década de 1980 foi muito importante para a proteção do meio ambiente no Brasil, é nela que, logo no início, foi instituída a Política Nacional do Meio Ambiente que vigora em todas as esferas governamentais. Condizente com o momento histórico que se vivia em todo o mundo, essa política veio agregar-se ao posicionamento global que demonstrava iminente preocupação com questões ambientais.

As potências econômicas mundiais traçavam suas leis de proteção ambiental, os grandes investidores requeriam projetos ambientalmente responsáveis para poder liberar verbas, o Brasil crescia economicamente e necessitava de investimentos; enfim, o momento de crescimento industrial e mudanças sociais (representado por grandes projetos, tais como hidroelétricas, rodovias, entre outros) do país careciam de apoio financeiro estrangeiro e para isso precisava haver garantias preservacionistas.

Por ser então matéria de interesse público e político, no ano de 1981 foi promulgado a Política Nacional do Meio Ambiente⁸.

⁸ Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981.

Art. 2º. A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

A Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA traz propósitos gerais a serem seguidos pelas leis e normas mais específicas que por sua vez definirão metas, proibições, legalizações, etc. Ela estabelece seus princípios, seus objetivos, seus instrumentos, a formação e competências do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e institui o Cadastro de Defesa Ambiental. Dentro dos instrumentos da PNMA é importante frisar o Zoneamento Ambiental, a Avaliação de Impacto Ambiental e o Licenciamento Ambiental que serão melhor discutidos posteriormente.

Em 1988 foi promulgada a vigente Constituição Federal que, pela primeira vez, dedicou um capítulo inteiro ao meio ambiente, especialmente o **Art. 225**:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (CF/1988, Título VIII, Capítulo V, p.44)

Além do equilíbrio ecológico e da qualidade de vida, este artigo que é o *caput* do capítulo, traz em si o conceito de sustentabilidade, bastante discutido neste trabalho. É importante ressaltar também alguns pontos do capítulo como:

Inciso IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

Inciso VII, § 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

Ou seja, a Lei Maior deixa claro que qualquer atividade de significativa degradação deve passar por estudos prévios de impacto ambiental. Cabe lembrar que tal estudo é necessário para a liberação de obras impactantes que devem passar pelo processo de Licenciamento Ambiental - certificado solicitado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e

Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), órgão federal que apreciará e analisará o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e concluirá sobre a autorização ou a não implantação do projeto.

Como expresso no Inciso VII, a Zona Costeira, área do presente estudo, constitui patrimônio nacional, o que deveria indicar restrições maiores quanto ao uso e maior rigor na implantação de empreendimentos, de loteamentos e da própria organização urbana. Para dar especial atenção aos recursos costeiros, o governo brasileiro implantou em 1988 o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, que visa conscientizar sobre o planejamento integrado desses recursos.

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro tem por finalidade primordial “o estabelecimento de normas gerais visando à gestão ambiental da Zona Costeira do País, lançando as bases para a formulação de políticas, planos e programas estaduais e municipais” (PNGC- atualizado, 1997, p.4). Os objetivos do PNGC foram traçados em prol dessas finalidades:

- ✓ A promoção do ordenamento do uso dos recursos naturais e da ocupação dos espaços costeiros, subsidiando e otimizando a aplicação dos instrumentos de controle e de *gestão pró-ativa*⁹ da Zona Costeira;
- ✓ O estabelecimento do processo de gestão, de forma integrada, descentralizada e participativa, das atividades sócio-econômicas na Zona Costeira, de modo a contribuir para elevar a qualidade de vida de sua população, e a proteção de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural;
- ✓ O desenvolvimento sistemático do diagnóstico da qualidade ambiental da Zona Costeira, identificando suas potencialidades, vulnerabilidades e tendências predominantes, como elemento essencial para o processo de gestão;
- ✓ A incorporação da dimensão ambiental nas políticas setoriais voltadas à gestão integrada dos ambientes costeiros e marinhos, compatibilizando-as com o PNGC;
- ✓ O efetivo controle sobre os agentes causadores de poluição ou degradação ambiental sob todas as formas, que ameacem a qualidade de vida na Zona Costeira;
- ✓ A produção e difusão do conhecimento necessário ao desenvolvimento e aprimoramento das ações de Gerenciamento Costeiro. (PNGC, 1997, p.4)

⁹ Gestão pró-ativa: atividade que busca interferir antecipadamente nos fatores geradores dos problemas para minimizar ou eliminar sua ocorrência. (PNGC, 1997)

Dentre os seis objetivos elencados pelo PNGC, nenhum é efetivamente praticado nas praias estudadas: não existe postura pró-ativa, a degradação acontece sem o conhecimento do poder público, que ao tomar conhecimento nem sempre atua para corrigir ou minimizar os danos; a população local participa muito pouco das tomadas de decisões municipais; não foi nem está sendo elaborado diagnóstico de qualidade ambiental; inexistente uma postura inter-setorial para gestão ambiental.

Além de seus princípios e objetivos o PNGC traz ainda os instrumentos de gerenciamento ambiental; as ações programadas de orientação sistemática para a continuidade do gerenciamento costeiro; as fontes de recursos; e as atribuições e competências, onde se frisa para fim prático:

- ✓ **Nível Municipal:** Os Municípios, observadas as normas e os padrões federais e estaduais, planejarão e executarão suas atividades de Gerenciamento Costeiro em articulação intergovernamental e com a sociedade.

São atribuições dos Municípios:

- a) elaborar, implementar, executar e acompanhar o Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro, observadas as diretrizes do PNGC e do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro;
- b) estruturar o sistema municipal de informações do Gerenciamento Costeiro;
- c) estruturar, implementar e executar os programas de monitoramento;
- d) promover o fortalecimento das entidades diretamente envolvidas no gerenciamento costeiro, mediante apoio técnico, financeiro e metodológico; e
- e) promover a estruturação de *colegiado municipal*. (PNGC, 1997, p. 6)

Mais uma vez, não se veem atendidas às funções relativas ao município acima citadas quando trazidas para a realidade do município do Conde.

Outras normas legais visam proteger e preservar o meio ambiente, criando para isso limites de uso e ocupação do território. Com o intuito de apresentar leis que dizem respeito, mesmo que transversalmente, à Zona Costeira, segue abaixo um resumo das que atendem a esse fim.

A Lei 9.605 de 1998 dispõe sobre crimes ambientais contra flora, fauna, patrimônio público natural, cultural e arquitetônico. Afora os crimes administrativos relativos ao meio ambiente e aqueles sobre inveracidade e/ou omissão na produção do EIA, cabe ressaltar dessa lei crimes que atingem a área de estudo:

Art. 38. Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção.

Art. 38-A. Destruir ou danificar vegetação primária ou secundária, em estágio avançado ou médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção. (Incluído pela Lei nº 11.428, de 2006).

Art. 39. Cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente.

Art. 50. Destruir ou danificar florestas nativas ou plantadas ou vegetação fixadora de dunas, protetora de mangues, objeto de especial preservação.

Art. 54, inciso IV - dificultar ou impedir o uso público das praias.

Art. 64. Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida.

Diante dos Artigos citados acima cabe lembrar que toda a Zona Costeira brasileira era coberta por Mata Atlântica que foi ao longo do processo de colonização e, posteriormente, ocupação pelos próprios brasileiros sendo dizimada. Hoje restam apenas cerca de 7% da mata original, concentrados basicamente na Serra do Mar e na Serra da Mantiqueira, região sudeste do Brasil (SOS Mata Atlântica)¹⁰. Assim como toda costa do Brasil, o litoral da Paraíba também foi cortando a Mata Atlântica existente, inclusive da área estudada. Além da derrubada da Mata Atlântica outra vegetação protegida por lei e ainda presente nas três praias vem sendo degradada e até derrubada para ocupação, os manguezais.

Já no referido no Art. 54 *inciso IV*, o traçado das ruas nem sempre é respeitado e por vezes é modificado para benefício do capital, incluindo ruas totalmente fechadas e tomadas como propriedade privada.

A Lei 4.771 de 1965 que institui o Código Florestal Brasileiro e suas posteriores alterações também direciona posturas a serem adotadas em prol da preservação do meio ambiente¹¹. Este documento inicia dizendo que todas as florestas localizadas em território nacional e as demais formas de vegetação são bens do povo brasileiro, sendo, portanto do interesse de todos zelar por sua preservação e seguir as normas de uso dos mesmos. Nesse Código destacam-se para área analisada os seguintes pontos:

¹⁰ Fonte: Fundação SOS Mata Atlântica. Disponível em: www.sosmatatlantica.org.br. Acesso em: 16/05/2011.

¹¹ Cabe atentar para o fato de o Novo Código Florestal Brasileiro estar em processo votação na Câmara e no Senado Federal durante a construção desse trabalho. A sua aprovação poderá modificar em muito as porcentagens e limites referentes às áreas de preservação e conservação brasileiras. Considerando até a possibilidade de, com o Novo código, parte da área analisada nesse trabalho e declarada de degradação ambiental, não mais condizer com essa definição, já que não estariam mais em áreas irregulares para o uso.

- ✓ **Art. 2º** Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:
- a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será: (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)
 - 1 - de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)
 - 2 - de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)
 - 3 - de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)
 - b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;
 - e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;
 - f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;
 - g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)
- Parágrafo único.** No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitados os princípios e limites a que se refere este artigo. (Incluído pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)
- ✓ **Art. 3º** - Consideram-se, ainda, de preservação permanentes, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas:
- a) a atenuar a erosão das terras;
 - b) a fixar as dunas;
 - c) a formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias;
 - e) a proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico;
 - f) a asilar exemplares da fauna ou flora ameaçados de extinção;
 - g) a manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas;
 - h) a assegurar condições de bem-estar público.

- ✓ **Art. 4º** - A supressão de vegetação em área de preservação permanente somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública ou de interesse social, devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)
- ✓ **Art. 10** - Não é permitida a derrubada de florestas, situadas em áreas de inclinação entre 25 a 45 graus, só sendo nelas tolerada a extração de toros, quando em regime de utilização racional, que vise a rendimentos permanentes.

Muitas das construções nas três praias infringem a lei no tangente às margens protetoras de cursos d'água, lagoas, bordas de tabuleiro, restinga, e às margens de encostas com declividade superior a 45°.

Para completar o rol de leis que embasam, ou melhor, deveriam embasar a ocupação territorial, tem-se o Plano Diretor, instrumento legal que organiza o crescimento e o funcionamento do município, criado pela Lei Federal 10.257 de 2001 e obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes. O Plano Diretor deve ser revisto ou refeito após 10 anos de sua elaboração (Cartilha “Plano Diretor”, 2005¹²).

Existe para o município do Conde um Projeto de Lei intitulado Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município do Conde que tem por princípio base o desenvolvimento sustentável. Para atingir tal desenvolvimento traça princípios norteadores e objetivos; ele é ainda o instrumento que define o modelo de desenvolvimento a ser adotado no município. Em seu artigo primeiro traz a seguinte redação: A promoção da prosperidade do município do Conde tem como princípio o enfoque da sustentabilidade como pressuposto básico na produção e gestão do seu desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Dentre os incisos do primeiro artigo, consta a utilização racional e responsável dos recursos naturais, com vistas a permitir sua renovação e conservação.

O Projeto de Lei acima citado elenca seis diretrizes - Diretriz de Produção Econômica, Diretriz do Desenvolvimento do Turismo, Diretriz da Produção de Infraestrutura, Diretriz da Estruturação dos Serviços Básicos, Diretriz de Qualificação Ambiental e Diretriz do Desenvolvimento Institucional. Dentre essas, faz-se necessário verificar os *caputs* dos artigos que norteiam suas respectivas diretrizes:

¹² Cartilha “Plano Diretor: participar é um direito!” realizada pelo Instituto Pólis, 2005. Disponível em: www.estatutodacidade.org.br ou www.polis.org.br. Acesso: 10/08/2010.

- ✓ **Art. 7º** - A Diretriz do Desenvolvimento do Turismo tem como objetivo maior alicerçar o desenvolvimento turístico sustentável, buscando obter a satisfação dos turistas e cidadãos locais, bem como o retorno dos investimentos com o mínimo de impactos ambientais e culturais.
- ✓ **Art. 15** - A Diretriz da Produção da Infra-Estrutura urbana tem como objetivo *orientar as ações de investimentos em infra-estrutura de suporte às atividades turísticas existentes e potenciais no município, contribuindo concomitantemente para uma desejada melhoria na qualidade de vida da população do município*¹³.
- ✓ **Art. 18** - A Diretriz da Estruturação dos Serviços Básicos tem como objetivo geral a garantia da oferta dos serviços básicos urbanos relacionados ao atendimento da população local no legítimo exercício da sua cidadania, principalmente aqueles afetos à educação, saúde, moradia, equipamentos comunitários, cultura, desporto, lazer e segurança.
- ✓ **Art. 21** - A Diretriz da Qualificação Ambiental tem como objetivo geral qualificar o território municipal através da valorização do patrimônio ambiental, promovendo suas potencialidades e assegurando sua perpetuação, a superação dos conflitos referentes à poluição e degradação do meio ambiente, garantindo novas condições de equilíbrio essenciais à sadia qualidade de vida local.

A redação do Plano Diretor do Conde está, em linhas gerais, coerente e bem formulada. Cada uma das diretrizes traz projetos e sub-projetos para alcançar seus objetivos. De acordo com este Projeto de Lei, as áreas de preservação ambiental serão protegidas e, quando já encontradas em uso, serão recuperadas. As propostas são boas em todas as Diretrizes, é providencial chamar atenção apenas para a redação do **Art.15**, acima exposto, pois conforme foi destacado tem-se a compreensão de que as melhorias na infraestrutura do município são em primeiro plano para atender às necessidades do mercado turístico e, por conseguinte, em segundo plano, atendem a população local.

É preciso mencionar que, das Diretrizes acima discutidas, a de menor importância para o turismo é justamente aquela a este destinada, porque diante da situação encontrada neste município, o turismo é o último ponto a ser resolvido. Os investimentos na atividade turística deveriam ser discutidos após serem resolvidos todos os demais, e mais importantes,

¹³ Grifo nosso.

problemas da região. Afinal, como já dito, o turismo é apenas uma consequência. Cabe ainda enfatizar que para um verdadeiro planejamento territorial, urbano e turístico, seguir as normas neste tópico elencadas é essencial.

2.1.2 Transformação do litoral brasileiro: a ocupação pelas segundas residências

Por toda a estratégia e facilidade de acesso, as áreas litorâneas foram desde o tempo da colonização sofrendo os primeiros processos de ocupação. Mas é a partir do século XX que sua estrutura vai conhecer modificações marcantes. Foi na então capital nacional, o Rio de Janeiro, que se deu o primeiro exemplo do *subúrbio de veraneio*, modelo de ocupação aqui trabalhado, que posteriormente foi expandindo-se por todo litoral.

O processo de ocupação do litoral brasileiro remonta ao início da colonização do país, mas se estrutura de forma especial a partir do século XX, quando nos subúrbios das grandes cidades costeiras se configura uma nova estrutura urbana, a qual se pode denominar de bairro ou subúrbio de veraneio. (...) Essas práticas sociais [os banhos de mar]¹⁴ induzem a formalização de dois tipos de ocupação urbana de característica residencial no litoral – o bairro ou subúrbio inserido dentro de um contexto urbano complexo, no caso cidades como Rio de Janeiro, Vitória ou Santos, ou o bairro de segunda residência, destinado basicamente a ser utilizado no período das férias de verão, ou nas épocas de grandes feriados. (MACEDO E PELLEGRINO, 1999, p.157).

Esses bairros de segunda residência do século XX citados por Macedo e Pellegrino (1999) já iniciavam uma atividade que hoje configurar-se-ia como uma forma de praticar o turismo, o chamado veraneio ou turismo de segundas residências, que está presente em maior ou menor grau, em todos os estados litorâneos brasileiros.

Para facilitar o entendimento, cabe aqui apresentar uma definição do termo *segunda residência* para a academia. A partir da leitura de Tulik (2001) é possível conceituar as segundas residências¹⁵, também chamadas de residência secundária, como: uma propriedade

¹⁴ Grifo nosso.

¹⁵ Existem estudos e definições para essas habitações turísticas em outros países. Em outras línguas podem ser encontradas sob o nome de: *second home, vacation home* (inglês); *residences secondaires, Maison de campagne* (francês); *segunda casa, segundo hogar* (espanhol). Em português ainda é conhecida por: casa de veraneio, casa de campo, chalé, etc. (TULIK, 2001, p.6)

privada remetida ao lazer, situada em local díspar da moradia habitual, que abriga seus visitantes por períodos de finais de semana, feriados e férias.

Chama-se atenção para o fator de vínculo territorial e social que se forma entre os moradores-visitantes com o local da segunda residência. Derivado do uso constante do mesmo espaço, esse vínculo estabelece uma ligação até mesmo afetiva (e de pertencimento).

Residências secundárias representam uma relação permanente entre a origem e o destino, uma vez que estabelecem regularidade entre saídas, chegadas e retornos. Ambos se complementam, pois se existem no emissor fatores que estimulam a procura por residências secundárias, o receptor detém características capazes de atrair, a ponto de justificar um vínculo territorial. (TULIK, 2001, p. 10)

Em geral, o campo emissor está próximo do receptor. Assim como acontece nas praias aqui estudadas, é comum que os usuários das segundas residências habitem em um raio de distância que possibilite rápido deslocamento até sua residência de lazer. Além disso, as segundas residências têm sua escolha condicionada principalmente pelo bem-estar que determinado local proporciona aos seus proprietários. Por isso, a maioria dessas está em locais aprazíveis aos olhos e com meio ambiente preservado (pelo menos no ato da compra), afinal os visitantes pretendem “fugir” da degradação ambiental e paisagística dos grandes centros.

Em 2002, analisando outro momento das ocupações litorâneas, Silvio Soares Macedo apresentaria uma importante assertiva para os estudos do turismo de segundas residências,

A urbanização turística de segunda residência é, no início do século XXI, o mais importante fator de transformação e criação de paisagens ao longo da costa brasileira, tanto em termos de escala e dimensão como em abrangência, já que corresponde a milhares de quilômetros, lineares ou não, de ocupação das faixas de terra lindeiras ao mar. (MACEDO, 2002, p. 181)

É perceptível que o movimento turístico de segundas residências, muito forte no Brasil, cresceu rápida e vorazmente, tomou boa parte da linha de costa transformando-a, em alguns estados, praticamente em uma só cidade. Os impactos que essa ocupação vem causando são inúmeros: ambientais, culturais, sociais e econômicos. O que se vê é o descaso com as localidades que vão crescendo sem a menor estrutura e sem o menor planejamento. O poder público, os turistas e mesmo a sociedade local, partilham a responsabilidade dos danos.

Na maioria dos casos, começa-se uma ocupação em meio a uma praia desprovida de qualquer infra-estrutura, onde existe uma pequena comunidade de pescadores artesanais. Mesmo sem os lotes as pessoas começam a construir suas casas, algumas compram terrenos de propriedade de pescadores por valores irrisórios. Aos poucos vão se configurando os traçados das ruas e das quadras, até que o avanço das construções chama a atenção do poder público que passa a lotear e taxar propriamente o espaço, tornando-o regularizado. Entra aqui um dos principais agentes envolvido nesse grande mercado: as imobiliárias¹⁶.

A praia que poucos anos atrás era um “paraíso” quase desconhecido projeta-se como objeto de desejo daqueles que vivem nas tumultuadas cidades e que, em busca de sossego e bem-estar, correm em direção a esses novos lugares; cresce a especulação imobiliária e em poucos anos, provavelmente, o “paraíso” estará bem longe dali. Essa é uma história bastante conhecida no nordeste brasileiro, perdem-se de vista quantas cidades turísticas nasceram dessa forma: Porto Seguro – BA, Maragogi – AL, Porto de Galinhas – PE, Lucena – PB, Extremoz – RN, Praia da Pipa – RN, Canoa Quebrada – CE¹⁷.

Esses padrões de urbanização [de segundas residências] são apontados como principais fatores de destruição dos recursos paisagísticos e ambientais existentes na linha costeira, pois os diversos ecossistemas costeiros como manguezais, dunas e restinga, por exemplo, são extremamente suscetíveis à urbanização e quando fragmentados e drasticamente subdivididos tendem a desaparecer. Do mesmo modo, os recursos cênicos litorâneos, que são também sempre ambientais, como os morros florestados, barras de rio, etc., ao serem ocupados e transformados, tem muitas vezes totalmente eliminadas as características que geram sua ocupação, com uma grande e definitiva perda de suas qualidades paisagísticas originais. (MACEDO e PELLEGRINO, 1999, p158-159)

Entre tornar-se conhecida e começar a degradar-se não é preciso muito tempo, com o fluxo maior do que a capacidade natural e de infraestrutura suportam, as localidades começam a saturar. Muita gente, muito lixo, muito carro; falta água, falta luz, faltam suprimentos. Nos períodos de férias, verão e feriados, as praias muitas vezes aumentam em cinco vezes o número de habitantes, as casas de veraneio se enchem. A infraestrutura que já não é suficiente

¹⁶ “O setor imobiliário procura vender uma moradia na praia ou nas montanhas, como uma rendosa alternativa de investimento de capital. Cresce, espantosamente, a especulação imobiliária e, conseqüentemente, a degradação ambiental, não somente nos ambientes naturais, mas também nos planos social e cultural.” (RODRIGUES, 1999, p.148)

¹⁷ Citando apenas as praias mais conhecidas em cada estado nordestino onde as segundas residências foram as propulsoras da urbanização.

para a população local, tende a não suportar o excedente, dessa forma, geralmente, o abastecimento de água torna-se irregular bem como o de iluminação.

A questão do lixo e do esgotamento sanitário é um problema constante para o meio ambiente, com tanta produção de resíduos nas casas, o lixo se acumula nas lixeiras, ruas e terrenos baldios. Como muitas localidades turísticas litorâneas não dispõem de rede de saneamento, as fossas sépticas são utilizadas, mas também não é difícil ver o esgoto correndo pelas ruas sem a menor preocupação com a saúde pública. Cabe aqui lembrar que o lixo e o esgoto comumente são lançados diretamente nos rios que cortam o local ou nos manguezais, sem contar o lixo deixado ali quando esses recursos recreativos são utilizados pelos turistas.

Porém, dentro do propósito deste trabalho, outro problema precisa ser notado: as construções irregulares que degradam o meio ambiente e alteram a paisagem local. Verifica-se que os loteamentos e, conseqüentemente, as construções avançam áreas de limites da marinha ou de preservação ambiental: dunas, falésias, margens de rios e mangues. Ou seja, o poder público torna-se conivente com essas ilegalidades, pois cabe a esse ente fiscalizar essas áreas e, principalmente, não torná-las regulares.

É perceptível a derrubada de matas ciliares, o aterro de manguezais, o assoreamento de rios, construção sobre dunas - que podem posteriormente buscar outro lugar para o depósito de areia causando transtornos como a “invasão” da areia em área urbana, o assoreamento de lagunas e rios ou a mudança no curso destes. Como conseqüência, espécies de flora e fauna nativas são atingidas e podem chegar à extinção, os ciclos da fauna se alteram e, algumas vezes, aqueles que da pesca dependem ficam sem sua fonte de renda. As paisagens naturais que antes eram o atrativo começam a se transformar chegando a certos casos de desgaste total, quando passa a não mais atrair os turistas.

O que fazer com o aumento das edificações? O que pode ser feito com o lixo – degradável ou não? Como facilitar o acesso destas mercadorias [espaços turísticos] sem destruir a “especificidade da área natural” considerada de qualidade para o turismo? É inevitável que ocupar densamente uma área implica alterar as condições anteriores, significa degradar as condições originais. (...) este “tipo” de consumo deveria não ser “destrutivo”. Deveria “preservar, conservar” a mercadoria que deu origem à atividade. Porém, contraditoriamente, destrói as condições que deram origem a esta mercantilização. (RODRIGUES, 1999, p.60-61)

Assim como Rodrigues (1999), acima citada, pactuam deste pensamento sobre o turismo autodestrutivo outros estudiosos como Eduardo Yázigi, Silvio Soares Macedo, Rita

de Ariza Cruz. Mas não é só no Brasil que é possível ver esse processo autofágico do turismo, pelo discurso de Llinas (1999) percebe-se que o mesmo se multiplica por outras partes do globo:

El grave problema es que el turismo viene para observar un espacio (paisajes) y al mismo tiempo lo está ocupando (hoteles y apartamentos, oferta complementaria, residencias secundarias). Esto produce un conflicto de intereses, ya que cuanto más atractivo es el paisaje de un destino, mayor número de turistas acuden y, a mayor afluencia turística, mayor ocupación del territorio; y en consecuencia menor paisaje virgen para ser contemplado o visitado. Esto genera un fenómeno de autodestrucción del interés turístico de un espacio por su propio éxito turístico. Es la exigencia de planificar lo que se ha venido en llamar turismo sostenible. (LLINAS, 1999, p. 191)

Como falar tanto em sustentabilidade quando a própria produção turística leva a atividade à “falência”. Vem desse questionamento, mais que isso, dessa exclamativa, a percepção de que o praticado está muito aquém do almejado turismo sustentável, nota-se que essa realidade é algo que só existe até então no papel. São necessárias políticas públicas de ordenamento territorial, de educação e de incentivos que beneficiem um turismo planejado e bem implantado, um turismo que melhore o ambiente de que faz uso e não o degrade, um turismo que saiba respeitar limites. A proliferação das segundas residências tem se tornado o indício de que os locais aonde chegam, em algum momento, serão drástica e negativamente modificados.

No seu artigo sobre a Ilha de Malorca - Espanha, Llinas (1999) conta como o processo da ocupação pelo turismo ocorreu. Segundo o autor foi com o turismo de sol e mar que ocorreu o *boom* da atividade na região, mas também foi com ele que veio a depreciação, o consumo destrutivo das paisagens naturais, e assim do próprio atrativo turístico com a saturação da oferta, o decréscimo da demanda e a degradação do meio ambiente.

Mas a política de ocupação, resolvendo dar um basta no crescimento desordenado e na proliferação de equipamentos turísticos e de segundas residências, implantou uma série de leis que barraram tal crescimento e ainda criou zonas de proteção. O que aconteceu foi mesmo o esperado: o turismo voltou a desenvolver-se, sem o aumento de residências ou hotéis, apenas no número de freqüentadores; estes mesmos se conscientizaram da proposta de preservação do meio ambiente e passaram a valorizá-lo. A ilha se reestruturou com base em uma política de desenvolvimento correta onde o meio ambiente e a paisagem são protegidos para continuarem admiráveis e com qualidade, assim sendo, continuam a atrair visitantes.

Esse exemplo deveria sugerir um novo posicionamento da política brasileira, impondo limites e não dando incentivos para o crescimento desordenado da atividade turística em seu litoral. Perde-se muito da qualidade ambiental, cultural, da qualidade de vida, e, no fim, perde-se o que era para ser a fonte de renda. É preciso entender que impor ordem ao turismo não significa perda de cifras e sim ganho; entender que o propósito não pode ser o consumo desregrado, onde depois da oferta natural “acabar” (ou melhor, ter sido destruída) simplesmente parte-se em direção a praia ao lado - ainda com belezas “intocadas”, seguindo um ciclo vicioso.

Em um de seus vários artigos sobre o tema *turismo e paisagem*, Yázigi (2002, p.12) afirma: perde-se de vista que cada segmento da natureza aberto ao turismo dá vazão a uma urbanização tão desregrada quanto selvagem. E continua seu pensamento,

selvagem no sentido negativo da palavra, em suma: carecemos de uma política urbana consistente e coerente, na qual tanto turismo e cultura como preservação natural sejam indicadores corriqueiros de peso, compatíveis com a idéia de desenvolvimento. Ignorando a inserção desses valores espaciais como variáveis obrigatoriamente conectadas ao resto do planejamento, os planejadores acabam por desqualificar o território.

Uma questão preocupante no Brasil é a dos valores da população, cada vez mais distantes da natureza, do sentido de uma vida em consonância com o meio ambiente. É fundamental essa percepção, pois aqui ela torna-se um dos pilares do problema ambiental e paisagístico que o turismo produz. À medida que aos turistas e a população local pouco importam os impactos negativos causados ao ambiente, esses danos certamente crescerão até o colapso do meio e o desinteresse pela localidade.

Conforme a indiferença desses dois atores sociais mencionados, será também aquela por parte do poder público. Infelizmente é visível o despreendimento dos gestores públicos no que tange qualidade ambiental e, em contra partida, é notável a eterna preocupação pelo crescimento econômico, sejam quais forem os custos. Isso é perfeitamente visualizado na maioria dos estados e municípios brasileiros. Dessa forma o planejamento turístico pouco vai manifestar-se, pois o planejamento prioritário é econômico.

O planejamento turístico e o planejamento da paisagem são abordados com maior ênfase em um outro tópico deste trabalho. Deixa-se aqui a idéia de como o turismo pode afetar o meio ambiente e a paisagem, tanto que mesmo a atividade pode exaurir-se, afinal ela depende do equilíbrio destes. “A beleza de uma paisagem é um recurso renovável para as

atividades de turismo, desde que as suas características não se degradem pelo excesso de visitantes” (BARBIERI, 2007, p. 12).

2.2 Planejamento e gestão: premissas para alcançar o equilíbrio

Planejar é a base de sucessos futuros, afinal como seria uma vida sem seu constante planejamento? Não é possível depender de um futuro aleatório, como de forma simples expõe Matus (1996),

Se planejar é sinônimo de conduzir conscientemente, não existirá então alternativa ao planejamento. Ou planejamos ou somos escravos das circunstâncias. Negar o planejamento é negar a possibilidade de escolher o futuro, é aceitá-lo seja ele qual for. (MATUS, 1996, Tomo I, p.14 *apud* SOUZA, 2008, p.47)

Assim, o ato de planejar constitui-se, antes de tudo, em manter o controle das várias situações cotidianas; seja particularmente na vida de cada ser, seja num todo complexo, como em uma sociedade. Planejar significa tentar construir conscientemente uma vida, uma cidade, um país, um mundo melhor, onde se tem a previsão dos acontecimentos e suas respectivas soluções.

Até mesmo intuitivamente, planejar sempre remete ao futuro: planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou (...) tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios. (SOUZA, 2008, p.46)

O futuro deveria partir de ações pensadas e planejadas no passado, praticadas no presente, para finalmente serem colhidos os frutos. Mas a palavra *finalmente*, que normalmente é interpretada como algo já exaustivamente buscado, remete a uma longa espera, o que não é desejado pelos políticos e, em geral, culturalmente também não o é pela sociedade.

O planejar a médio e longo prazo é não só um ato desinteressante aos políticos, como a sociedade também deseja ver resultados imediatos, criticando quando esses não acontecem. Não se quer aqui justificar o *não fazer* dos governantes com o planejamento a longo prazo (que trará resultados, porém mediatos), pelo contrário; é claro que a população quer seus governantes trabalhando, cobram por atitudes, mas existem situações que podem e devem ser resolvidas no presente como existem aquelas que devem ser planejadas para que os resultados sejam obtidos no futuro, independente do gestor que estiver no poder.

A cultura de planejar precisa ser fortalecida no Brasil, não adianta um resultado imediato que dure um ano e que depois prejudique a sociedade ou um local por vários outros. Planejar constitui-se em traçar metas a serem atingidas no seu devido tempo e os meios de como alcançá-las. O planejamento deve ser encarado como um processo no qual as ações traçadas devem passar por sucessivas (re)avaliações, fase a fase, pois nem sempre o que foi projetado se mostra a melhor forma de alcançar determinado objetivo, muitas vezes é preciso mudar o caminho, repensar a estratégia. É neste processo contínuo que está parte da solução dos problemas das cidades brasileiras.

Segundo Murphy (1985, p.156), “planejar tem a ver com prever e regular a mudança em um sistema e promover um crescimento ordenado a fim de aumentar os benefícios sociais, econômicos e ambientais do processo de desenvolvimento”. Nessa mudança, em função de diversos benefícios é perceptível que o desenvolvimento, e ainda o desenvolvimento sustentável, sejam outros conceitos intrinsecamente vinculados ao planejamento socioeconômico e ambiental.

Desenvolver é mudar no sentido de conquistar melhorias. O desenvolvimento diz respeito ao progresso econômico, social e ambiental, sendo esses indissociáveis e interligados entre si. Cabe frisar que desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico como muitos pensam, e que aquele não virá como consequência deste. Crescimento econômico dá-se pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, do capital que circula no país e que se pressupõe proporcionar um aumento nas rendas nacionais, o que é sim um dos fatores necessários para chegar a um desenvolvimento (MOLINA e RODRIGUEZ, 2001).

O crescimento econômico, embora necessário, tem um valor apenas instrumental; o desenvolvimento não pode ocorrer sem o crescimento, no entanto, o crescimento não garante por si só o desenvolvimento; o crescimento pode, da mesma forma, estimular o mau desenvolvimento, processo no qual o crescimento do PIB é acompanhado de desigualdades sociais, desemprego e pobreza crescentes. (SACHS, 2008, p.71)

É importante lembrar que dentro dos três âmbitos citados no parágrafo anterior estão embutidos: a cultura, a saúde, a educação, a moradia, a segurança, o lazer. Tais aspectos não podem ser desprezados dentro da perspectiva do desenvolvimento, pois sem a substancial melhoria nesses não se otimizará a qualidade de vida, pressuposto base do sentido de desenvolver.

O desenvolvimento sustentável, por sua vez, é um conceito que vem sendo discutido desde a década de 1970, quando a problemática ambiental (nesse começo mais natural que social) revelou-se mundialmente, e que ganhou força na década de 1990, mais especificamente no ano de 1992 quando foi realizada a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, mais conhecida como ECO-92. Segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD, desenvolvimento sustentável é:

Um processo de transformação, no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação da evolução tecnológica e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas. (CMMAD 1991, *apud* RUSCHMANN 1997, p 109)

Desenvolver sustentavelmente é proporcionar às gerações futuras as mesmas (ou melhores) condições de vida que se dispõem hoje, é permitir que no futuro se tenha um ecossistema saudável, a biodiversidade preservada, um ambiente social cada vez mais justo, a diversidade cultural fortalecida e uma economia equilibrada.

Este conceito sugere uma nova ética e um novo ponto de vista. Sobre ética pode-se dizer que parte-se de uma postura anteriormente antropocêntrica para uma perspectiva mais global, biocêntrica. Uma nova visão é adotada: o homem passa a se enxergar como parte da natureza, formando um novo relacionamento entre ele e os elementos naturais. Percebe-se ainda uma postura mais solidária para com as futuras gerações quando o consumismo exagerado, pelo menos por parte de alguns, é freado e repensado; afinal o que será dos filhos e netos da geração atual? (DIEGUES, 2001).

Mudanças ocorreram de 1992 até agora, porém não na grandeza que se esperava naquele evento que chamou a atenção do mundo sobre o comportamento humano. Mas parte da população começou a conscientizar-se sobre comportamentos mínimos que ajudam bastante como: não jogar lixo nas ruas, nos espaços públicos, rios, córregos, no mar; utilizar

esgotamento sanitário quando possível; utilizar lâmpadas e eletrônicos mais eficientes (que gastam menos eletricidade); fazer a separação de lixo reciclável e orgânico; reutilizar, etc. O grande infortúnio é que não se adotou em larga escala o chamado terceiro “R”¹⁸: reduzir. A redução do consumo é a maior mudança que se espera por parte da população, pois se a postura consumista continuar nos níveis atuais não há como melhorar de fato o mundo. A redução é a tarefa mais difícil da sociedade atual, devido à cultura consumista trazida com o capitalismo, o consumismo está presente cada vez mais cedo na vida das pessoas.

A sustentabilidade impõe limites, sendo impossível atingi-la com a forma de vida levada hoje e com a economia degradando a natureza das mais diversas formas. Em artigo produzido para o Terramérica¹⁹, Enrique Leff, conceituado ambientalista, coloca que é preciso mais que impor limites, é preciso desconstruir a economia atual e construir outra, “baseada em uma racionalidade ambiental” (LEFF, 2008). Para o autor a raiz do problema não será extinta com as atuais propostas para um suposto desenvolvimento sustentável, é preciso ir mais fundo e mudar a economia atual e, conseqüentemente, a cultura que esta impôs ao mundo.

Ao relembrar a proposta de “crescimento zero”, apresentada pelo Clube de Roma²⁰, Leff (2008) faz entender que se deve deter o crescimento dos países ricos, mas continuar estimulando o dos países pobres não é uma saída viável, muito menos sustentável.

ressurge, assim, o fato indiscutível de que o processo econômico globalizado é insustentável. A ecoeficiência não resolve o problema de um mundo de recursos finitos em perpétuo crescimento, porque a degradação entrópica é irreversível. A aposta pelo decrescimento não é apenas uma moral crítica e reativa, uma resistência a um poder opressivo, destrutivo, desigual e injusto; não é uma manifestação de crenças, gostos e estilos alternativos de vida; não é um simples decrescimento, mas uma tomada de consciência sobre um processo que se instaurou no coração do mundo moderno, que atenta contra a vida do planeta e a qualidade da vida humana. (LEFF, 2008)

Diegues (2001) propõe pensar o desenvolvimento sustentável a nível local, inserindo-o dentro de uma definição de *sociedades sustentáveis*; na medida em que, sob essa esfera, “possibilita a cada uma delas [as sociedades] definir seus padrões de produção e consumo,

¹⁸ Reciclar, reutilizar, reduzir.

¹⁹ Projeto de comunicação dos Programas das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e para o Desenvolvimento (Pnud).

²⁰ O Clube de Roma foi um grupo formado por intelectuais e empresários internacionais preocupados com o destino do mundo. Buscava neste grupo discutir e encontrar soluções viáveis para atingir a sustentabilidade. (OSEKI e PELLEGRINO, 2004 p.486)

bem como o de bem-estar a partir de sua cultura, de seu desenvolvimento histórico e de seu ambiente natural”. (DIEGUES, 2001, p.52).

Pertinente esse posicionamento, pois a questão cultural é um dos fatores mais enfatizados no discurso da sustentabilidade, então, nada mais justo, que cada sociedade buscar a sua sustentabilidade baseada em tradições culturais próprias, em história e ambiente natural singulares, nos seus padrões de produção e consumo locais.

Dessa forma, o desenvolvimento deixa de seguir receitas-padrão para se adequar a cada ambiente específico, prezando e respeitando a diversidade das sociedades. A sociedade sustentável defendida por Diegues (2001) atenta para que as pessoas que formam a sociedade, sobretudo as mais pobres, passem a ser sujeitos ativos desse desenvolvimento e não meramente expectadores das decisões de um grupo limitado.

Unindo dois diferentes pesquisadores, a sociedade sustentável de DIEGUES (2001) vai ao encontro das *adaptações singularizantes* de SOUZA (2008), que defende a atuação da população local no planejamento urbano de sua cidade. Uma vez que desenvolver implica melhoria social, essa tem de contemplar a qualidade espacial (ou do urbano), dando-a devida importância, posto que seja palco da vida social e externalidade identitária de seu povo.

As adaptações singularizantes são intervenções físicas necessárias particularmente a cada localidade, ou mesmo a cada bairro, que não poderão ser “produto de gabinete”, visto que somente os atores sociais que vivenciam o problema podem dimensioná-lo. Por sua vez, o planejador tem respaldo técnico para sugerir melhores soluções. Por isso, a união destes dois lados, o do técnico e o da comunidade, é tão importante para o desenvolvimento sócio-espacial de um local, só essa junção trará melhorias concretas para o espaço e para a sociedade.

Sendo o planejamento um processo, e as conseqüências de suas ações virão com o tempo, outro conceito passa a fazer parte deste monitoramento constante do que outrora foi planejado e posto em prática: a gestão.

Quando se fala em gestão muitos a vinculam ao campo político, no sentido em que o gestor é aquele que está no comando de um cargo e/ou de uma ação governamental. Cabe atentar que, vindo do termo latino *gestio*, gestão “expressa ação de dirigir, de administrar e gerir a vida, os destino, as capacidades das pessoas e as próprias coisas que lhes pertencem ou de que fazem uso” (ANDRADE, 2001, p. 16). Ou seja, todos, de alguma forma, praticam a gestão, seja de sua própria casa, de sua vida, de seu dia-a-dia.

Nesse sentido, Andrade (2001, p. 16-17) coloca que o termo gestão “acentua a realidade segundo a qual quem gere alguma ação ou instituição deve fazê-lo de tal forma e

com tal capacidade, que sua dedicação ou aplicação torne esse fato mais valioso em si mesmo e mais produtivo em termos sociais, culturais e econômicos”. O ato de gerir tende a ser individualista no cotidiano atual, porém quando a gestão diz respeito ao bem público é preciso que haja consciência de que a mesma deve assumir um caráter comunitário, onde as ações devem estar voltadas para o benefício da maioria, do conjunto e não do particular.

Para Souza (2008, p. 46), abordando já o lado político-administrativo, a gestão constitui-se de

administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas (...); é a efetivação, ao menos em parte (pois o imprevisível e indeterminado estão sempre presentes, o que torna a capacidade de improvisação e a flexibilidade sempre imprescindíveis), das condições que o planejamento feito no passado ajudou a construir.

No cotidiano é fácil surgirem imprevistos, ou mesmo uma ação planejada não resultar no esperado. Nesta “negociação” diária entre ações-reações, é preciso estar apto a lidar com a nova situação e superá-la da melhor forma; a flexibilidade, que congrega em si segurança nas decisões (decorrente de conhecimento adquirido) e capacidade de iniciativa, é atributo fundamental a um bom gestor. É importante que um gestor público conheça sua comunidade (suas deficiências e aspirações), aquela por ele administrada, pois dentre as opções que surgirem é preciso saber escolher a mais benéfica para o todo.

Schenini *et al* (2006) explanam sobre uma nova escola administrativa, bastante congruente ao que se pretende enfatizar no presente trabalho sendo portanto a linha de raciocínio aqui adotada: a *gestão pública sustentável*. Segundo os autores, este “tipo” de gestão deve buscar bons resultados operacionais priorizando a transparência, a honestidade e a competência. Essa é uma escola administrativa mais ética e responsável para com o meio ambiente, para com a sociedade e as relações econômicas, “baseia-se fundamentalmente em adotar e executar ações que podem ser gerenciais ou operacionais, mas todas com uma visão duradoura e integrada” (Schenini *et al*, 2006, p. 59).

A gestão pública sustentável tem como pressuposto básico utilização de instrumentos e mecanismos das tecnologias limpas que permitam otimizar suas operações fabris e de serviços, suas atividades gerenciais e também suas funções de monitoramento e fiscalização. É o papel do Estado como gestor do meio ambiente e da sustentabilidade. (SCHENINI e LOCH, 2006, p. 87)

Conforme exposto, a gestão pública sustentável se utiliza de tecnologias limpas, essas são definidas por Schenini (1999) e dizem respeito a qualquer medida técnica realizada para reduzir ou eliminar já na fonte, a produção de qualquer tipo de incômodo, de poluição ou de resíduo e que proporcione economia de matérias primas, de recursos naturais e de energia. Estas medidas técnicas podem ser encontradas na fabricação de produtos ou na prestação de serviços (ações e procedimentos). Schenini et al (2006, p. 62-63) enumeram algumas das quais pode fazer uso a gestão pública sustentável:

- ✓ Agenda 21 Local;
- ✓ Ética e responsabilidade social;
- ✓ Informações geo-espaciais;
- ✓ Contabilidade e finanças públicas ambientais²¹;
- ✓ Comunicações ecológicas – cartilhas, mapas ecológicos, campanhas;
- ✓ SGA – Sistema de Gestão Ambiental;
- ✓ Tributação como elemento restritivo à poluição;
- ✓ Auditoria ambiental;
- ✓ Projetos ecológicos de recuperação ambiental;
- ✓ Plano de proteção à flora, fauna e recursos naturais;
- ✓ Parcerias e alianças estratégicas para viabilização de projetos ecológicos;
- ✓ Plano diretor ecológico – planejamento territorial urbano;
- ✓ Zoneamento ecológico do município;
- ✓ Educação ambiental; e
- ✓ Estatuto da cidade.

Os autores, Schenini *et al* (2006, p. 69), concluem que os desafios da gestão pública sustentável “devem ser compreendidos sob a visão sistêmica e numa perspectiva holística, conduzindo as análises, as ações e as avaliações de modo a englobar todos os agentes constitutivos do contexto; segmentos, atores e instrumentos que participam do esforço de desenvolvimento”.

²¹ Chama-se atenção que esse instrumento também é apresentado por Diegues (2001) quando o autor coloca a análise econômica dos recursos naturais. Nesta análise/avaliação é contabilizado em valores monetários os benefícios advindos do meio natural (e que são obtidos “de graça”) ou os prejuízos, também monetários, derivados da perda do ambiente natural. Por exemplo, quanto se obtém com a caça de caranguejos no mangue e quanto se deixará de obter caso este seja destruído.

O educador José Quintas (2009), traz outro conceito baseado na relação da gestão pública com o meio ambiente, o de *gestão ambiental pública*. Ele a conceitua como,

o processo de mediação de interesses e conflitos (potenciais ou explícitos) entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído, objetivando garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme determina a Constituição Federal. Este processo de mediação define e redefine, continuamente, o modo como os diferentes atores sociais, através de suas práticas, alteram a qualidade do meio ambiente e também, os custos e benefícios decorrentes da ação destes agentes. (QUINTAS, 2009, p.5)

Segundo o autor, “as relações (dos seres humanos entre si e com o meio físico-natural) ocorrem nas diferentes esferas da vida societária (econômica, política, religiosa, jurídica, afetiva, étnica etc.) e assumem características específicas decorrentes dos contextos sociais e históricos onde acontecem” (QUINTAS, 2009, p.5). Para viver essas diversas relações os atores fazem uso múltiplo dos recursos ambientais, com diversificadas práticas de apropriação. É sobre esses usos e práticas que a administração pública deve atuar, controlando-os e racionalizando, sendo mediadora dos conflitos e impondo o que é mais benéfico para o coletivo em detrimento do particular.

Assim tem-se que o poder público tem nas mãos o dever e o poder de gerir os interesses entre o uso social dos ambientes naturais, fazendo com que as ações da sociedade não prejudiquem o equilíbrio do meio ambiente, em um processo de análise contínuo.

Expostos planejamento e gestão, fica compreendido o quão tais termos se complementam: um analisa e traça as ações em prol de mudanças positivas, o outro observa o andamento dessas e preserva sua meta final, mesmo que fazendo as alterações necessárias para isto. Um par harmônico de ações que devem estar presentes na administração governamental.

2.2.1 Planejando a paisagem

Pensar em paisagem geralmente remete a uma imagem bela. É difícil escutar essa palavra e primeiramente pensar em algo não agradável aos olhos; vem logo à mente uma cena de campo, montanha, praia, tudo bastante preservado, com vegetação, sem poluição, lixo ou qualquer imagem pejorativa. Para que a imagem almejada seja de fato encontrada, seja real e não apenas imaginária, é preciso um bom planejamento da área, o qual vise preservar e exaltar os pontos fortes (e belos) e resolver problemas existentes.

O planejamento da paisagem é entendido como um planejamento e ordenamento territorial e urbano²², que no Brasil até hoje consiste basicamente em organizar o traçado urbanístico e equilibrar uso do solo à densidade populacional. O instrumento utilizado para atingir esse ordenamento é basicamente o zoneamento de uso e ocupação do solo, somado a parâmetros urbanísticos (SOUZA, 2008) como:

- ✓ Gabarito: número de pavimentos ou de metros da edificação, altura máxima permitida para as edificações de acordo com as zonas. O gabarito pode variar de acordo com a necessidade de circulação do vento, harmonia paisagística, proximidade de aeroportos, etc.
- ✓ Afastamentos: distanciamento entre edificações, entre cada edificação e seu lote, e entre esta e o logradouro.
- ✓ Área construída: área total da edificação, somando-se todos os pavimentos.
- ✓ Taxa de ocupação: relação entre área construída e a área total do lote.
- ✓ Índice de permeabilidade: relação entre a parte do terreno que permite infiltração da água e a área total do mesmo. Este é um importante índice ambiental, pois a demasiada impermeabilização de terrenos de uma cidade contribua para a formação de ilhas de calor.
- ✓ Índice de área verde: relação entre a parcela do terreno coberta por vegetação e a área total do mesmo. Outro importante índice ambiental visto que quanto mais áreas verdes dentro de uma cidade, maior será a filtração do ar poluído, a ventilação e maior conforto térmico.

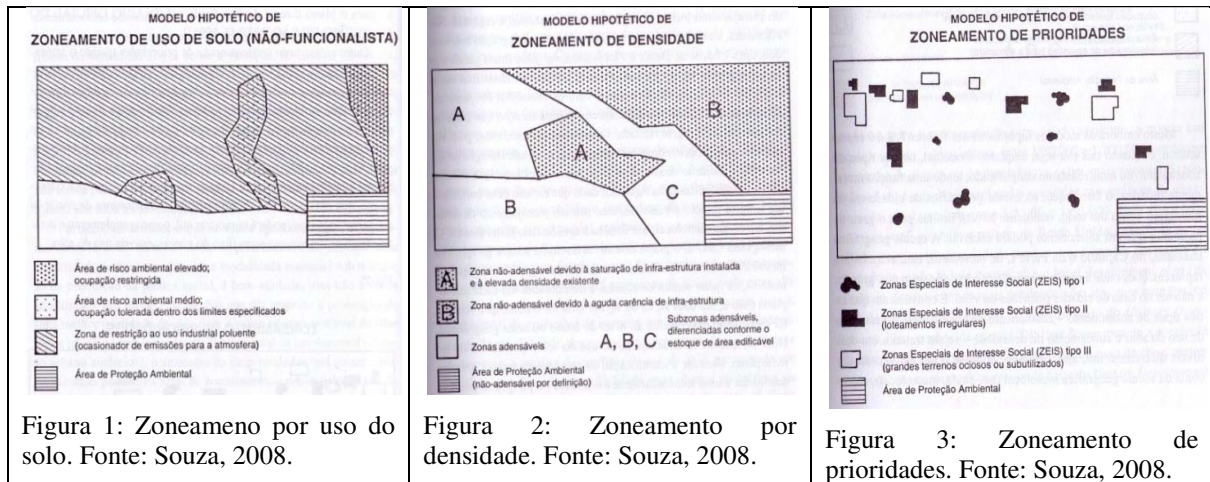
²² Além das ferramentas para o ordenamento do urbano serem as mais utilizadas no planejamento de qualquer paisagem, seja urbana ou não, cabe aqui esclarecer que as três praias estudadas nesse trabalho são consideradas área urbana perante a administração municipal.

O zoneamento de uso e ocupação do solo consiste em mapear zonas de ocupação de determinada cidade resultando em um plano de ocupação que recomendará e restringirá o uso do solo em termos de área para uso intensivo, extensivo, de preservação e de uso múltiplo (DIEGUES, 2001). No caso de localidades costeiras Diegues (2001, p. 123-124) exemplifica esses usos:

- ✓ Áreas de preservação: áreas em que não se permite atividade econômica produtiva, reservando-as para pesquisa científica, reserva biológica, etc.;
- ✓ Áreas de conservação: áreas em que se permitem atividades econômicas produtivas, mas controlada, de forma a manter a sustentabilidade dos processos ecológicos;
- ✓ Uso econômico intensivo: áreas de atividades portuárias, de pesca, industrial;
- ✓ Uso econômico extensivo: áreas de lazer;
- ✓ Áreas de uso múltiplo: residencial, comercial, industrial, etc., áreas que congregam várias funções, nas quais devem ser avaliados seus conflitos e possibilidades.

Segundo Souza (2008), para chegar às conclusões o zoneamento necessita de uma análise criteriosa de potencialidades, de sensibilidade, de estimativa de risco, de impactos e de conflitos do uso do solo da área em questão. A análise de potencialidades consiste em um estudo que indique qual o potencial econômico da área (ex: turístico, industrial, agrícola, etc.); a análise de sensibilidade demonstra as vulnerabilidades do meio ambiente (sócio e natural); a estimativa de risco levanta as possibilidades de risco (econômico, ambiental, social, etc); a estimativa de impacto por sua vez, une os três itens anteriores em um mapa demonstrativo de impactos; e a análise de conflitos de uso do solo estuda as localizações e usos do solo avaliando suas incompatibilidades (por exemplo, uso residencial e uso industrial).

Todas essas análises resultarão em mapas específicos que nortearão os diversos tipos zoneamento, de acordo com a necessidade de cada local. Os mapas poderão zonar: uso e ocupação do solo, vegetação, áreas de interesses prioritários (social), densidade de ocupação. Pode-se ainda sobrepor estes mapas/zoneamentos para obter um planejamento urbano final que congregue aspectos sociais, ambientais e econômicos, visando melhor equipar a cidade e proporcionar melhor qualidade de vida.



Para reforçar a importância da prática do zoneamento, é cabível citar que ele é base para o gerenciamento geoambiental apresentado por Diegues (2001, p. 75):

O gerenciamento geoambiental visa compatibilizar usos múltiplos no sentido de harmonizá-los com as vocações naturais dos ecossistemas. (...) O zoneamento geoambiental, para ser efetivo, deverá integrar-se dentro de um processo mais amplo de zoneamento ecológico-econômico.

Esta leitura do zoneamento, sob um enfoque ambiental, condiz com aquela já descrita, a partir de um ponto de vista mais urbano, ou seja, a função do zoneamento é promover um melhor equilíbrio dos ecossistemas e da relação sociedade-natureza.

Apesar de o zoneamento ser o principal passo no planejamento da paisagem, outros mecanismos merecem ser citados. A revitalização de prédios históricos é um exemplo, evita-se com ela a perda da própria história local; a valorização da cultura mediante a arquitetura construída nos prédios e espaços públicos enriquece o local e fortalece a identidade de seu povo. A criação de áreas de lazer que possibilite as trocas sociais e a melhoria da circulação do ar nas cidades; e a implantação de áreas verdes, tanto para melhorar a qualidade do ar como para tornar o local mais apreciável; são mecanismos dentre tantos possíveis.

Dentro do planejamento territorial corre atualmente uma vertente que deriva da arquitetura da paisagem somada à questão ecológica, o *desenho ambiental*, que vai ao encontro dos propósitos do planejamento citado anteriormente e que é importante destacar aqui. O desenho ambiental é um instrumento de elaboração de cenários partindo de princípios de conservação ambiental e objetivando a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável. (FRANCO, 1997)

A autora M^a de Assunção Franco aponta que os cenários projetados devem atender às seguintes premissas:

- ✓ “Conservação ambiental mantendo a integridade dos ecossistemas, o que inclui evidentemente a manutenção da biodiversidade;
- ✓ A melhora da qualidade de vida tendo em vista a valorização do homem e de sua auto-expressão, num processo contínuo de educação ambiental e de justiça social;
- ✓ Equilíbrio e harmonização entre as características dos ecossistemas e as necessidades e aspirações antrópicas traduzidos por um desenvolvimento auto-sustentado.”
(FRANCO, 1997, p. 133)

Esta mesma autora cita ainda os fatores determinantes na criação de cenários tendo por base a conservação ambiental, seriam eles: o clima (situação geográfica, latitude, longitude, altitude); a topografia, os sistemas de bacias; as características geológicas e pedológicas; e características e organização de flora e fauna, bem como as características e estágio do processo evolutivo do ecossistema como um todo. No que tange a qualidade de vida, os fatores determinantes são: a organização sócio-política; a organização econômica; e as invenções – novas tecnologias (de extração e reciclagem dos recursos naturais, de urbanização e comunicação).

Além dos determinantes, Franco (1997), tomando por ponto de partida o planejamento ambiental, enumera alguns critérios para a criação de cenários em desenho ambiental:

- ✓ Critério da não-ação: ou seja, manter as práticas de manejo que estão referidas nas leis federais, estaduais ou municipais como o Código Florestal, Lei de Proteção de Mananciais, etc. nas áreas públicas e privadas²³;
- ✓ Critério de proteção: em favor da terra e seus recursos, atua na conservação de áreas silvestres e preservação de plantas do ecossistema, da vida selvagem, cultura e recursos paisagísticos e históricos;
- ✓ Critério de equilíbrio: considera as demandas de desenvolvimento através do manejo de recursos sob o princípio do uso múltiplo, desenvolvimento sustentável e qualidade ambiental;

²³ Franco (1997) não fala em *não-ação* na esfera privada, porém a presente autora acredita ser pertinente que exista essa fiscalização que atue em prol de uma comunidade maior sendo para isso, quando preciso, impor a não-ação aos proprietários particulares que possuam terrenos dentro de áreas protegidas por lei.

- ✓ Critério do uso favorável: visa essencialmente à produção, incluindo o uso recreacional e a exploração mineral.

Todos esses critérios juntos previnem o desgaste ambiental e fortalecem o uso sustentável. Seria possível incluir aos critérios de Franco (1997) o “critério da precaução”, onde as atitudes do homem fossem pensadas e realizadas com prudência e em favor do bem comum, dando extrema atenção às conseqüências que podem surgir de cada ato.

Priorizando a harmonia entre a cultura, a sociedade, a economia e a natureza do local, prezando pelo equilíbrio entre o que se extrai da natureza e seu poder de regeneração,

o Desenho Ambiental precisa integrar os recursos naturais, arquitetônicos e culturais da cidade no sentido de: produção de alimento e energia; reciclagem dos materiais e do lixo; moderador climático; conservação dos recursos hídricos; valorização das plantas e dos animais; e condições de amenidade e recreação. (FRANCO, 1997, p. 213)

Todas as ferramentas e posturas discutidas aqui – o zoneamento, a gestão geoambiental, o desenho ambiental, os critérios e premissas na construção de cenários – são válidos e valiosos para o planejamento da paisagem. O importante é prezar por um planejamento e ordenamento prévio, que possibilite a não degradação do ambiente. Caso esse não ocorra deve-se haver uma reavaliação da situação e um planejamento a partir do que já se tem, visando então a melhoria na qualidade paisagística e ambiental dentro das possibilidades existentes.

A respeito do planejamento de ambientes e paisagens litorâneas, foco deste trabalho, pode-se dizer que até hoje esse é um mecanismo pouco utilizado. As zonas costeiras, apesar de seu grande potencial físico e econômico, permanecem sem a atenção devida às suas particularidades ambientais e paisagísticas. Ao longo da história as regiões litorâneas foram sendo ocupadas e devastadas sem o menor cuidado com seus recursos: matas nativas derrubadas, construção sobre dunas, mangues aterrados ou transformados em criadouros de peixe e camarão, etc.

As zonas costeiras, que abrigam cerca de 80% da população mundial, permanecem em contínua degradação, vendo seus múltiplos ecossistemas (mangues, recifes de coral, matas ciliares, florestas nativas) serem dizimados para a ocupação e “desenvolvimento” humano. Contraditoriamente, tal crescimento resulta em perda irreversível de vários *habitats* e recursos naturais, assim como no empobrecimento de comunidades extrativistas, sem falar na perda de

identidade daqueles que fazem da natureza sua fonte de vida e com ela convivem em perfeita harmonia (DIEGUES, 2001).

Para permitir sustentabilidade às atividades realizadas nas zonas litorâneas é necessário que seus ecossistemas sejam preservados com fins de possibilitar a continuidade na economia da pesca, do turismo, da agricultura. Um planejamento costeiro deve assim como qualquer outro buscar respostas na sua própria comunidade, envolvendo todos os entes que a constroem, sejam pescadores, agricultores, extrativistas, comerciantes, empresários, habitantes, turistas, etc.

Com recursos naturais tão belos e abrigando ecossistemas de imensa importância ao equilíbrio ambiental do planeta, os litorais precisam ser alvo de uma política de conservação e preservação mais ativa, mais consciente, que proporcione a segurança desses recursos. Uma vez que os ambientes costeiros entrem em total degeneração, todo o planeta sofrerá consequências ambientais. Ambientais, mais uma vez lembrando, não se referindo apenas à natureza, mas a uma série de consequências sociais, econômicas e culturais.

2.2.2 Planejando o turismo

Após a Segunda Guerra Mundial, com o rápido desenvolvimento da atividade turística em áreas como o Mediterrâneo, Caribe, dentre outras, o turismo expandiu-se de forma massificada, sem planejamento, causando um alto custo social e ambiental para as localidades envolvidas. (QUEIROZ, 2005, p. 175)

Segundo Edward Inskip (1991, p.17), os primeiros planejamentos turísticos foram feitos para a região da Ásia-Pacífico nas décadas 1960 e 1970, como exemplo a Malásia, Taiwan e Bali; e um ano antes, em 1959 para o Hawai. Na região do Atlântico, cabe mencionar os planejamentos para as ilhas do Caribe. Já na Europa destacaram-se nessa época os projetos para a Iugoslávia e para algumas regiões da França.

Hall (2001) fez um estudo sobre a evolução dos métodos de planejamento turístico que ao longo dos anos foram sendo modificados para atender as necessidades tangentes. Os enfoques de planejamento turístico apresentado por Hall (2001) foram fornecidos por Getz (1987), que identificou quatro procedimentos nessa área: o fomento, uma abordagem econômica voltada para indústria, uma abordagem físico-espacial e uma abordagem voltada

para a comunidade. Para o autor desses procedimentos, eles podem ser executados em conjunto e não necessariamente separados ou sequenciais.

Pela abordagem do fomento, usado no desenvolvimento e planejamento turístico desde o início do turismo de massa²⁴, pouca atenção se dá aos impactos negativos ocasionados pela atividade. Por esta abordagem o turismo é visto unicamente pelo seu lado positivo, com ele seu anfitrião conhecerá vantagens automáticas. O fomento interpreta que recursos naturais e culturais são objetos a serem explorados. De acordo com sua visão os residentes do destino turístico não devem se envolver na tomada de decisão dentro do processo de planejamento da atividade.

O fomento também não respeita conceitos de capacidade de carga, implicando em saturação social e ecológica, apresentando um posicionamento totalmente quantitativo. Ou seja, o fomento é totalmente contrário aos conceitos citados anteriormente de desenvolvimento e de turismo sustentáveis. Mesmo não atendendo às necessidades atuais de conservação e sustentabilidade sócio-ambiental o fomento é, ainda hoje, a forma mais comum de se promover o turismo em boa parte do Brasil.

Pela tradição econômica, que entende o turismo como indústria, a atividade classifica-se como indústria de exportação que contribui para o equilíbrio nacional e regional nas relações de troca, na balança de pagamento e/ou em níveis de câmbio exterior. Sob esta ótica o governo pode utilizar-se do turismo como mecanismo para a reestruturação e crescimento econômico, para a geração de empregos e desenvolvimento regional. O marketing é uma das principais características dessa abordagem, é o meio no qual o governo investe muito para captar turistas.

A abordagem físico-espacial originou-se no trabalho dos geógrafos, profissionais planejadores do uso do solo e conservacionistas, pois defendem uma vertente racional para o planejamento de recursos naturais. O planejamento do uso do solo é considerado uma das formas mais antigas de proteção ambiental. Para Hall (2001, p.48-49) o planejamento físico se refere ao “planejamento com um componente espacial ou geográfico no qual o objetivo geral é preparar uma estrutura espacial de atividades (ou uso do solo) que, de alguma forma, é melhor que o padrão existente sem planejamento”. Esse tipo de planejamento visa minimizar os impactos negativos do turismo dando atenção a questões de saturação física, social e ambiental, e a limites ou índices aceitáveis/desejáveis de mudança.

²⁴ Segundo Queiroz (2005) o turismo de massa é reconhecido por volta do ano de 1950.

O planejamento físico-espacial trabalha ainda com a estratégia de limitar o número de visitantes por área/hora, como exemplos têm-se a Ilha de Fernando de Noronha e vários destinos do ecoturismo, como os atrativos turísticos de Bonito - Mato Grosso do Sul (cavernas, trilhas, cachoeiras, rios, etc). Na evolução do planejamento de uso do solo, este começa a integrar-se a uma abordagem ecológica na busca do desenvolvimento sustentável, sendo descrito como um planejamento ambiental. Segundo Evans (1997, p. 5) o planejamento ambiental “é concebido como uma abordagem integrada e holística ao ambiente que transcende os limites departamentais e profissionais tradicionais, e visa a assegurar a meta de longo prazo de sustentabilidade ambiental”.

A última abordagem aponta para um planejamento turístico voltado para a comunidade e implica na inclusão dos residentes locais em todo o processo, desde a tomada de decisões à avaliação dos retornos provenientes da implantação do turismo. O princípio base dessa forma de planejar é a melhora do padrão de vida da sociedade receptora. Uma vez que a comunidade local aceita a inserção do turismo, torna-se bem mais fácil expandir o setor.

Fazendo uma ponte, acha-se outra denominação para esse tipo de planejamento, pois Molina e Rodríguez (2001) o chamam de *participativo*; somente uma mudança de termos, pois a lógica e o enfoque são os mesmos. Tais autores adicionam uma reflexão,

fica evidente que para executar o planejamento participativo é imprescindível que exista *vontade política* para descentralizar o poder. Portanto, é necessário que sejam formulados mecanismos de consulta permanente, desde que sejam identificados organismos ou organizações representativos que se encarreguem de garantir que as decisões últimas do processo de planejamento participativo sejam postas em prática. (MOLINA E RODRÍGUEZ, 2001, p.124)

Na teoria, dois Programas Federais de desenvolvimento turístico propunham esse método, o Plano Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT (1994) e o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (2004). Esses programas visavam dar autonomia aos municípios e regiões, respectivamente, de forma a proporcionar um melhor desenvolvimento regional, pois cada município/região saberia adotar as ações mais viáveis para seu progresso. Mas é perceptível que o direcionamento para a municipalização/regionalização e, mais que isso, para a participação da comunidade efetivamente nas decisões, tem sido pouco consolidado desde sua proposta em 1994.

A partir do conhecimento das abordagens de planejamento, é cabível enfatizar que o turismo sustentável, na verdade, é a junção das três últimas mencionadas. A atividade turística na sua complexidade demanda planejamento integrado, ou seja, onde os componentes do setor estejam devidamente sincronizados a fim de atingir metas e diretrizes a um mesmo tempo, o que dará ao processo o dinamismo necessário a uma boa produtividade e sua sustentabilidade. (BENI, 1997)

O processo de planejamento integrado necessita de uma parceria eficiente entre governo, comunidade e iniciativa privada. A gestão participativa tem por propósito envolver, integrar, a comunidade e o empresariado nas decisões políticas frente às ações que o município assumirá para seu desenvolvimento. Agindo assim o governo compartilha a responsabilidade das escolhas e proporciona melhor aceitação de suas ações perante os outros atores envolvidos nas atividades. (BENI, 1997)

E como se faz o planejamento turístico? O planejamento da atividade é o traçar das metas que se deseja alcançar com a implementação do turismo e os meios para concretizá-las, sempre buscando a sustentabilidade do meio e da atividade.

O planejamento turístico ocorre de várias maneiras (desenvolvimento, infraestrutura, uso do solo e de recursos, organização, recursos humanos, divulgação e marketing); estruturas (outro governo, organizações quase governamentais e não-governamentais); escalas (internacionais, transnacionais, nacionais, regionais, locais e setoriais) e em diferentes escalas de tempo (para desenvolvimento, implementação, avaliação e realização satisfatória dos objetivos do planejamento). (HALL, 2001, p.30-31)

Pela complexidade intrínseca à atividade é preciso um planejamento criterioso de uma equipe multidisciplinar. Como o turismo envolve o cotidiano das pessoas, o espaço físico, a economia e a cultura local, é necessário que vários pesquisadores estejam engajados nesse projeto: bacharéis em turismo, biólogos, geógrafos, sociólogos, economistas, administradores e representantes da comunidade local e do poder público. Um estudo geral sobre comportamento econômico, social e ecológico é necessário a este planejamento.

Cabe fazer certos questionamentos: como cada ecossistema e cada sociedade se comportará com a presença do turismo, do número de pessoas e de edificações que virão com esta atividade? Os ecossistemas suportarão? A sociedade se beneficiará? É muito importante que existam estudos que comprovem que o turismo não trará malefícios ou que seu não-êxito produzirá efeitos drásticos a economia, a sociedade e o meio natural de onde vier a se instalar.

O mais comum no Brasil, principalmente em pequenas cidades litorâneas, é que se promova o turismo sem o mínimo planejamento, seja espacial ou econômico. Visando o lucro sem pensar nas conseqüências, ou ao menos, saber se o mesmo virá, os governos insistem em promover o turismo como alicerce de sua economia. Muitas vezes os prejuízos financeiros e ambientais tornam-se irrecuperáveis.

As áreas costeiras estão sujeitas às pressões urbano-industriais sem precedentes na história. Em muitas regiões os mangues foram aterrados para a criação de infraestrutura urbana e turística. Além disso, elas são administradas por instituições variadas com pouca coordenação e, como resultado, ecossistemas costeiros essenciais estão sendo destruídos, antes que um planejamento adequado seja formulado e implementado. (DIEGUES, 1989, p. 40)

Como já mencionado, as cidades precisam de um planejamento espacial (urbano), o mesmo é apenas um dos primeiros passos ao implantar o turismo. O planejamento turístico engloba planejamento espacial, econômico, político e sócio-cultural.

Na parte que cabe ao planejamento físico, além do já exposto quanto ao urbano, é necessário estudo de capacidade de carga²⁵ que possibilite quantificar o número apropriado de pessoas que cada ecossistema suporta. Por exemplo, quantos turistas por dia ou hora um recife de corais ou uma caverna suportam receber; ou quantas pessoas/embarcações podem trafegar por um mangue sem alterar este meio. É imprescindível que o turismo procure sempre não promover o esgotamento prematuro de recursos não-renováveis e não explorar irracionalmente os renováveis.

Quanto à sociedade, tanto é importante saber se ela aceita esse fluxo turístico como também se o mesmo não vai interferir na cultura local. É perceptível que em muitos casos a comunidade local altera sua cultura devido a presença de turistas, algumas vezes por sentir vergonha da sua cultura, outras por achar que a “do outro” é melhor. Assim muitos lugares tornaram-se aculturados, passaram a exibir uma cultura de massa, totalmente artificial.

Outro problema é a perda da identidade local, uma vez que não se fortalecem os costumes, as crenças, a cultura local, e o número de outras culturas ali circulantes é crescente, as pessoas já não sabem a que identidade se apegar, o que é próprio do seu lugar ou o que é forasteiro.

²⁵ Segundo a Organização Mundial do Turismo – OMT (2001), a capacidade de carga refere-se ao grau máximo de uso que se pode fazer de um atrativo turístico sem causar efeitos negativos sobre seus recursos biológicos, sem reduzir a satisfação dos visitantes ou sem que sejam produzidos efeitos negativos sobre a comunidade receptora, a economia e a cultura local.

Ações políticas que promovam o turismo precisam ser conscientes, ou seja, com base em estudos feitos na localidade e com profissionais qualificados para gerir a atividade. Presença política para impor restrições quando o turismo ou seus produtores faltem com respeito às leis ambientais ou quando pratiquem segregação social. E ainda, atuação política de promoção da localidade, o marketing institucional que atraia turistas para seu país/estado/município.

Economicamente é preciso ter cuidado para que o turismo não se sobreponha erroneamente sobre outras fontes da economia local. Por exemplo, pescadores artesanais que sempre viveram e se sustentaram desse trabalho o abandonem para trabalhar no turismo e neste sejam explorados, sem direitos trabalhistas, com baixos salários, etc.

Por fim, a estrutura própria do turismo como hotéis, pousadas, bares e restaurantes, equipamentos de lazer e recreação, precisam por sua vez ser edificadas em locais apropriados (definidos no zoneamento); empregar profissionais capacitados para a recepção dos turistas; cumprir com sua responsabilidade ambiental e social.

Baseado em ações planejadas e em uma gestão coerente com as necessidades sociais e a preservação ambiental, o turismo pode ser realmente uma atividade sustentável, que traz desenvolvimento sem causar danos, perdas. Talvez a sociedade atual, como um todo, ainda não esteja preparada para viver esse *turismo*, pois não só o poder público e o empresariado vinculado ao turismo são responsáveis pelo seu êxito, turistas e a comunidade local têm o mesmo poder de degradar e sobrecarregar o meio ambiente tornando-o incompatível à atividade. A sociedade tem também responsabilidades para com o meio, dentro delas inclusive, o dever de cobrar do setor público e do privado a preservação de um direito: um ambiente saudável para se viver.

3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

Conforme já exposto, a área de estudo corresponde a três praias do litoral sul paraibano: Jacumã, Carapibus e Tabatinga. As praias são destaque nos destinos turísticos do Estado, principalmente as duas últimas, visto que a primeira já não possui tantos atrativos devido a seu alto nível de degradação. Localizam-se no Município do Conde, este pertencente à Região da Grande João Pessoa²⁶.

3.1 Aspectos históricos e geográficos

3.1.1 Aspectos históricos

A ocupação do Conde a princípio deu-se pelos indígenas e depois por seus descendentes, época onde a terra era utilizada para produção de alimentos em pequenas unidades produtivas. O território do atual Município do Conde foi ocupado pela Aldeia Jacoca, de índios Tabajaras, que por volta de 1589 era administrada pelos missionários franciscanos (Plano Diretor do Conde, 2001).

No período colonial, os franceses ali chegaram para comerciar pau-brasil, fazendo de Jacumã um dos portos naturais mais movimentados do Brasil durante o século XVI. Nesse período, o município do Conde tinha sua população formada por índios, povo este que foi, ao longo dos anos, desaparecendo, devido ao processo de mestiçagem²⁷.

Mais recentemente, com a emancipação do município, desmembrado da capital paraibana em 18 de novembro de 1963, as atividades e usos da terra mudaram bastante. Na década de 60 surgiram os primeiros loteamentos residenciais, destinados principalmente à atividade turística. Nos anos 70, o Programa Nacional do Alcool (Pró-Alcool) fez com que a monocultura canavieira ocupasse grande parte do território do município, mas não chegou a estar presente nesta área das praias, concentrando-se mais para o interior do município.

²⁶ Que inclui os Municípios circunvizinhos à capital paraibana, além da mesma: João Pessoa, Bayeux, Santa Rita, Lucena, Cabedelo, Conde.

²⁷ As informações contidas neste histórico podem ser estudadas em CAVALCANTI, Maria Helena *et al.* Uma História do Conde. João Pessoa: Ed Universitária/ UFPB, 1996.

Até 1970 a Praia de Jacumã era ocupada, prioritariamente, por pescadores cuja atividade de subsistência fazia-se artesanal, como parte da cultura da região, e as demais praias eram praticamente desocupadas. Mas a partir dessa década pode-se observar um movimento de especuladores imobiliários no intuito de formar ali uma área de veraneio. Esse processo de especulação se acelerou na década seguinte, anos de 1980, com o asfaltamento da Rodovia PB-18 que liga a capital do Estado ao litoral sul e pela política de incentivo ao desenvolvimento da atividade turística, fomentada pela Prefeitura Municipal do Conde e pelo Governo do Estado da Paraíba.

A ocupação pela atividade turística de segundas residências começou lenta no início da década de 1980, mas tornou-se massiva na última década do século XX, quando são instaladas as inúmeras casas de veraneio na Praia de Jacumã e praias vizinhas. A partir deste momento Jacumã passou a ter um processo de ocupação muito mais intenso em relação às demais praias do litoral sul paraibano, inclusive em relação à Carapibus e Tabatinga. Ocupação essa decorrente de um grande fluxo de veranistas e visitantes advindos principalmente das cidades de Campina Grande, Recife e João Pessoa.

A ocupação da área, bem como a expansão urbana, foi tomando forma com a presença dos turistas de segunda residência que estão intrinsecamente vinculados a criação do atual espaço urbano das praias estudadas. Foram as segundas residências que marcaram o início da urbanização local (começando por Jacumã), bem como a construção de empreendimentos e implantação de infra-estrutura, que deram forma urbana à localidade. Como consequência dessa apropriação do espaço da Praia de Jacumã e adjacências pelo turismo surgiram os impactos que hoje são perceptíveis na área (social, ecológico, econômico, cultural e espacial), os quais interferem negativamente na paisagem local.

Em 1968, foi criado o primeiro loteamento de Jacumã, o Cidade Balneário Novo Mundo, representando o início da especulação imobiliária daquela área e a retirada da vila caiçara situada próximo ao mar. Localizado bem no centro da praia, este loteamento hoje está totalmente ocupado. Chama atenção o fato desse loteamento já ter no mínimo 50% de moradores fixos, em vários casos aqueles que optaram por morar em Jacumã e trabalhar em João Pessoa, ou aposentados que escolheram a praia para residir.

O loteamento vizinho ao sul, o Cidade Balneária Novo Mundo II, criado em 1970, também já se encontra totalmente ocupado na sua porção localizada em Jacumã e em processo de ocupação avançada na porção localizada em Carapibus. Na porção pertencente a Praia de Carapibus, a maioria das casas são de segunda residências, sendo improvável encontrar residentes fixos. Vale mencionar ainda que a Praia de Carapibus fica bastante “deserta” nos

períodos de baixa temporada, no sentido de que a maior parte de suas casas e pequenas pousadas permanecem fechadas.

O loteamento Cidade Balneário II também compreende dentro de seus limites a praia de Tabatinga, encontrando-se, porém em outro nível de crescimento. Nesta praia o loteamento encontra-se em franca expansão, porém bem mais organizado do que nas praias vizinhas. Cabe ressaltar que a porção do loteamento próxima a divisa com Carapibus é visivelmente mais ocupada do que àquela próxima a divisa com Coqueirinho, onde Tabatinga possui número mínimo de casas.

3.1.2 Aspectos geográficos

Para se ter uma visão geral da área de estudo com relação ao meio natural e social, traz-se aqui uma breve descrição abordando: localização geográfica, vegetação, relevo, hidrografia, clima e dados populacionais.

A área das três praias que está localizada entre as coordenadas geográficas $7^{\circ}16'45.12''$ e $7^{\circ}19'42''$ de latitude Sul e $34^{\circ}48'27.52''$ e $34^{\circ}47'51.33''$ de longitude Oeste; faz fronteira com a Praia de Barra de Gramame ao norte, com a Praia de Coqueirinho ao sul, com o distrito do Guruji a oeste e com o Oceano Atlântico a leste. A área total de estudo corresponde aproximadamente a 4,5 km².

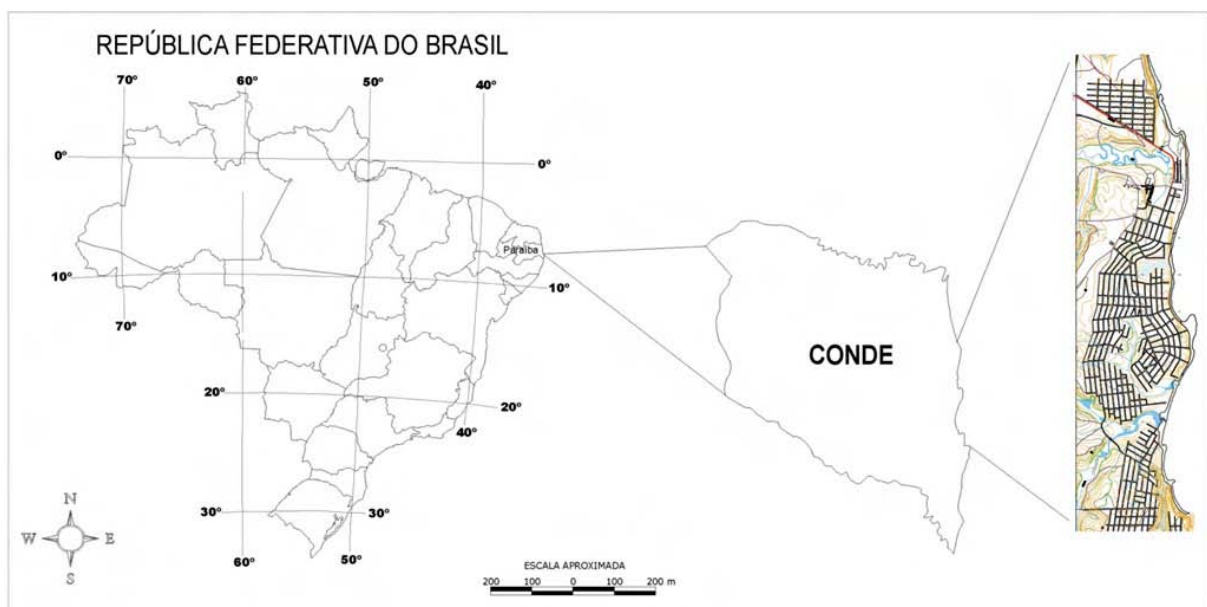


Figura 4: Mapa de localização da área. Fonte: Siqueira, 2005.

O relevo que constitui a região está inserido basicamente em dois domínios geomorfológicos: Baixos Planaltos Costeiros e Baixada Litorânea, cada um contendo várias unidades morfológicas. Os Baixos Planaltos Costeiros fazem parte dos Tabuleiros Litorâneos, que são “unidades geomorfológicas de superfícies aplainadas e suavemente inclinadas para leste, sendo abruptamente interrompidos pelos entalhes fluviais e pelas falésias marinhas esculpidas pela abrasão marinha atual e/ou pretérita” (FURRIER, 2007, p. 60-61).

As falésias marinhas são justamente o limite entre os Baixos Planaltos Costeiros e a planície marinha, possuem alturas variadas²⁸ e estão presentes em praticamente toda área de estudo, estando ausentes apenas no início da Praia de Jacumã e nos arredores das lagunas costeiras. Em uma pequena porção da Praia de Carapibus essas falésias são ativas - quando a erosão marinha ainda as atinge, as demais encontram-se em inatividade, uma vez que o processo erosivo marinho já não as atinge e apresentam vegetação no sopé.

A Baixada Litorânea constitui-se de terrenos relativamente planos de baixas altitudes, geralmente inferiores a 10 metros, formados por sedimentos depositados no Quaternário. Segundo Furrier (2007, p. 63), “a baixada litorânea é composta de formas variadas que resultam da acumulação de sedimentos marinhos, fluviais, e flúvio-marinhos. Suas feições geomorfológicas são divididas em praias, terraços marinhos, planícies marinhas, planícies flúvio-marinhas, planícies fluviais e terraços fluviais”.

As praias são zonas perimetrais de um corpo de água composta de material inconsolidado, em geral arenoso, que se estende desde o nível de baixa-mar até a linha de vegetação permanente, ou quando há mudanças fisiológicas como zonas de dunas ou falésias (Suguiu, 1998). Suguiu (1998, p. 749-750) define terraço marinho como: antigo relevo costeiro, situado acima ou abaixo do nível marinho atual, representado por paleolinhas praias (*ancient strandlines*). Por vezes pode ocorrer uma seqüência de terraços escalonados que correspondem a estágios interglaciais e glaciais do hemisfério norte durante o período Quaternário.

No que tange as planícies marinhas, segundo Guerra e Guerra (1997), elas também podem ser chamadas de planície costeira, cuja definição de Suguiu (1998, p.607) diz: planície de baixo gradiente que margeia corpos de água de grandes dimensões, como o mar ou oceano, representado por faixas de terra recentemente emersas, compostas de sedimentos marinhos e flúvio-marinhos, em igual idade quaternária.

²⁸ Segundo Silva (2010) estas falésias possuem altura média entre 50 e 60 metros.

Planícies flúvio-marinas são áreas inundáveis que se localizam nos baixos cursos dos rios e que sofrem influência das oscilações das marés; constituem-se de sedimentos areno-argilosos, ricos em matéria orgânica, que dão suporte aos manguezais. Planícies fluviais são os terrenos que correm ao lado dos rios, constantemente inundados pela vazão do rio, possuem grande concentração de matéria orgânica. Já os terraços fluviais são aquelas áreas onde a vazante e enchente do rio não mais alcançam, ou seja, estão após as planícies fluviais.



Foto 1: Vista geral do relevo Praia de Jacumã. Fonte: Kiyotani, 2010.



Foto 2: Vista geral relevo do Praia de Carapibus. Fonte: Kiyotani, 2010.



Foto 3: Vista geral do relevo praia de Tabatinga. Fonte: Kiyotani, 2010.

Vários rios, riachos e córregos abastecem o litoral do Conde, tornando-se fonte de água e fonte econômica, posto que servem para a agricultura, a pesca e o lazer. Destacam-se na área o Rio Guruji e os Rios Tabatinga e Bucatu. O Rio Guruji é formado da união dos riachos Estiva e Pau de Ferro, e sua desembocadura no mar forma o estuário do Guruji. O Rio Tabatinga forma em sua foz uma laguna costeira de mesmo nome e que, freqüentemente, de acordo com a maré, é barrada por cordão arenoso impossibilitando o contato do rio com o mar (divisa da praia de Carapibus com a praia de Tabatinga). O Rio Bucatu também forma laguna costeira na foz, esta denominada Lagoa Preta.

É preciso citar ainda a Lagoa de Carapibus (popularmente conhecido como Maceió de Jacumã, foto 4), outra laguna costeira importante na região – divisa entre Jacumã e Carapibus. Chama-se atenção para estas formações lagunares, pois, junto com o mar, são os principais focos de atração do turista e principal atrativo dos excursionistas²⁹.

²⁹ Excursionista é um conceito diferente do de turista, pois o primeiro é o indivíduo que visita uma localidade por um dia. Normalmente excursões são feitas em ônibus fretado e, no caso de estudo, procedem em geral de municípios interioranos que distam em média 80 km de Jacumã.



Foto 4: Laguna costeira em Jacumã no período de Carnaval. Fonte: Sandra Coutinho, 1999.

Inserida na Zona da Mata paraibana a região possui clima AS' (quente e úmido), segundo classificação de Köppen, apresentando verões secos com período de estiagem de 5 a 6 meses e invernos chuvosos. A temperatura média anual varia de 23°C a 26°C, apresentando mínimas médias mensais de 19°C e máximas médias mensais de 32°C. A umidade relativa do ar é alta, ficando na casa dos 80% (PDDM, 2001).

A vegetação é bastante variada devido à diversidade morfológica e de solos e às diversas condições ambientais. É perceptível também que, devido à forte ação antrópica, todos os tipos vegetais da área encontram-se alterados, alguns de forma irreversível, sendo a especulação imobiliária e a expansão urbana seus maiores propulsores nas praias em questão (FURRIER, 2007). De acordo com o Plano Diretor do Conde (2001) encontram-se ali três tipos de vegetação: vegetação pioneira, vegetação de manguezais e Mata Atlântica (ou mata úmida).

A vegetação pioneira ocupa estreita faixa ao longo do litoral do Conde, geralmente está presente próximo às falésias inativas da região, constituindo-se em importante indicador de estabilidade costeira, já que são sensíveis ao embate das ondas. Está composta por vegetação herbácea adaptada às condições de elevada salinidade, e as espécies comumente encontradas são a salsa-de-praia (*Ipomoea pescaprae*) e o bredo-de-praia (*Blutaparon portulacoides*).



Foto 5: Vista geral da praia de Tabatinga, com destaque à: Coqueiral (1), vegetação pioneira indicadora de estabilidade costeira (2). Fonte: Kiyotani, 2010.

Na medida em que se adentra ao continente, a vegetação passa a ser mais arbustiva de densidade variável, devido ao menor teor de salinidade e aos solos mais enriquecidos de matéria orgânica. As espécies mais presentes são o pinheirinho-da-praia (*Mariscus maritimus*) e o capim gengibre (*Cymbopogon martinii*). Verificam-se também árvores frutíferas como o cajueiro (*Anacardium occidentale*) e a mangabeira (*Harconia speciosa*).



Foto 6: Vegetação arbustiva na área de praia em Tabatinga. Fonte: Kiyotani, 2010.



Foto 7: Vegetação de maior porte com destaque à mangabeira (*Harconia speciosa*), na região de Tabatinga. Fonte: Kiyotani, 2010.

Os manguezais possuem vegetação perenifólia que se estabelecem em ambiente fluviomarinho, suas raízes respiratórias (pneumatóforos) é uma característica forte e servem para compensar a deficiência de aeração do solo. As principais espécies encontradas são o mangue vermelho (*Rhizophora mangle*), o mangue de botão (*Conocarpus erectus*) e o mangue branco (*Laguncularia racemosa*). Em Jacumã encontra-se uma laguna costeira denominada Lagoa de Carapibus, alimentada provavelmente pelo Riacho Estivas – divisa com Carapibus. Em Carapibus há uma laguna costeira formada pelo Rio Tabatinga, conhecida como *maceió de Carapibus* – divisa com a praia de Tabatinga. Em Tabatinga encontra-se o estuário e a laguna costeira formados pelo Rio Bucatu, essa laguna é mais conhecida como Lagoa Preta.



Foto 8: Vegetação de manguezal em Tabatinga. Fonte: Gutierrez, 2010.



Foto 9: Vegetação de manguezal em Carapibus. Fonte: Kiyotani, 2010.

Já a formação de Mata Atlântica que originalmente cobria todo litoral nordestino com árvores de grande porte e vegetação densa, hoje se encontra em pequenas porções espalhadas por este litoral.



Foto 10: Exemplo de mata de restinga na praia de Tabatinga. Fonte: Kiyotani, 2010.

Alguns dados populacionais são necessários para o entendimento da questão abordada neste trabalho. Os dados demográficos e os referentes aos domicílios do Município do Conde cadastrados pelo IGBE, também traduzem essa expansão urbana. No VIII Recenseamento Geral de 1970 (IBGE, 1970) a população total do Conde era de 4.915 habitantes, em 1980 esse número passa a 6.365; em 1991, são 10.396 habitantes; e em 2000 o total é de 16.413 habitantes. A população vinha crescendo rapidamente, comprovando à procura pelo município ou o crescimento das famílias ali domiciliadas.

Um novo dado trazido pelo Censo 2010 (IBGE, 2011) alerta para um processo inverso, o total da população do município caiu para 14.495. Provavelmente essa queda da população total deu-se por êxodo de residentes fixos, já que a especulação imobiliária demonstra crescimento da procura por lotes advindos de moradores externos ao Conde.

É interessante também registrar que no censo de 1980 (IBGE, 1982), pela primeira vez, foram analisados os domicílios particulares e coletivos que se encontravam fechados, vagos ou que tinham uso ocasional. Este ponto é bastante importante para o turismo de segundas residências visto que se têm números que as indicam, enquadrando-as principalmente na categoria “uso ocasional”. Para a presente pesquisa, no censo de 1980, a categoria “vagos” tornou-se mais representativa, pois relatam sobre propriedades urbanas que se encontram vagas, ao contrário da categoria “uso ocupacional” que somente achou

referencias na área rural. Do total de domicílios particulares, 189 estão em área urbana, onde 30 estavam vagas. (IBGE, 1982, p. 38)

O censo de 1991 trouxe pela segunda vez a análise de domicílios particulares e coletivos que se encontravam fechados, vagos ou que tinham uso ocasional. Neste caso, o total de domicílios particulares já havia alcançado os 3.500 sendo 1.413 em área urbana, tendo 658 ocupados. Dentre os não ocupados, 755 domicílios estão em área urbana, e 666 deste estão cadastrados como “uso ocasional”, 09 “fechados” e 80 “vagos”.

Pela primeira vez, no X Recenseamento Geral (1991, p. 205) foi analisado o destino do lixo por domicílio, registrando-se: total coletado: 245 domicílios, sendo 229 diretamente e 16 indiretamente; queimado: 175 domicílios; enterrado: 53 domicílios; jogado em terreno baldio: 1.631 domicílios; jogado em rio, lago ou mar: 5 domicílios; outros: 6. Por estes números é possível verificar que o número de domicílios que ainda descartavam seus resíduos em lugares impróprios é muito maior que aqueles que têm coleta apropriada. Desse dado, reflete-se que desde o começo da ocupação da área não houve preocupação em conter a degradação ambiental. O descaso ainda é visto hoje em dia, com pilhas de lixo espalhadas pelas ruas e terrenos baldios, principalmente de Jacumã.

Os dados demográficos obtidos pelo Censo 2010 ainda estão sendo processados, por esse fato não foi possível registrá-los detalhadamente no presente trabalho. Segue os dados tabulados pelo IBGE (IBGE, 2011) até o momento que possuem vínculo com a pesquisa:

- Total de domicílios particulares não-ocupados fechados: 14;
- Total de domicílios particulares não-ocupados de uso ocasional: 3.315;
- Total de domicílios particulares não-ocupados vagos: 1.178.

Esses números não estão divididos em área urbana e rural, tornando-se assim difícil analisá-los como números referentes às segundas residências na área urbana Jacumã, Carapibus e Tabatinga. É possível apenas avaliar que boa parte destes domicílios acima catalogados provavelmente está na área estudada, já que a mesma possui a maior concentração de moradias secundárias urbanas, com características de “não ocupados fechados”, “de uso ocasional” e “não ocupados vagos”.